

**Arrendamento Mercantil: uma análise dos efeitos do IFRS 16 nos indicadores das maiores empresas do varejo na B3 S/A Brasil, Bolsa, Balcão <sup>1</sup>**

**Lease: an analysis of the effects of IFRS 16 on the financial ratios of the largest retail companies in B3 (BRASIL, BOLSA, BALCÃO)**

Jessica Schüler <sup>2</sup>

Edilson Paulo <sup>3</sup>

**RESUMO**

Em janeiro de 2019 entrou em vigor a nova norma International Financial Reporting Standards (IFRS) 16 ‘Leases’ emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB). No Brasil, a convergência a IFRS 16 se dará conforme o pronunciamento técnico CPC 06 (R2). Conforme estudo divulgado pela KPMG sobre os impactos que esta norma teria nas demonstrações das empresas, o segmento varejista foi destacado como fortemente impactado com a vigência da norma. Portanto, foram selecionadas as maiores empresas de varejo do Brasil que possuem o capital aberto listada na B3 S/A Brasil, Bolsa, Balcão. Portanto, foram selecionadas as cinco maiores empresas varejistas brasileiras segundo do Instituto Brasileiro de Executivos de Varejo & Mercado de Consumo (IBEVAR). As empresas que participaram da amostra deste estudo optaram pela retrospectiva completa do CPC 06 (R2) e, conseqüentemente, aplicaram o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros. Portanto, as companhias da amostra foram Via Varejo S.A. e a Companhia Brasileira de Distribuição, também conhecida como GPA. Adicionalmente, foi selecionado para este estudo o segmento de mais peso nas vendas do varejo segundo o IBEVAR que se refere ao segmento de Hiper & Supermercados e Bebidas. Desta maneira, a companhia AMBEV S.A. – única no segmento de bebidas listada na B3 - foi selecionada para também fazer parte da amostra, visto que já havia empresas do ramo de Hiper & Supermercados. Trata-se de uma pesquisa documental, descritiva e de natureza qualitativa e quantitativa. Neste estudo, verificou-se os efeitos da adoção da nova norma nas práticas contábeis, por meio da análise de índices financeiros e da análise das notas explicativas das demonstrações. Observou-se que as companhias analisadas tiveram semelhanças entre as informações divulgadas em nota explicativa do ano de 2018, ou seja, como a regra anterior vigente até janeiro de 2019, o International Accounting Standards (IAS) 17 ‘Leases’. Conforme analisado, as empresas da amostra tiveram efeitos relevantes em todos os índices avaliados, e, consoante ao estudo realizado pela KPMG antes do vigor da norma, os índices destacados realmente foram bastante impactados no segmento do varejo.

**Palavras-chave:** Arrendamento Mercantil. CPC 06. IFRS 16. IAS 17. B3 S/A Brasil, Bolsa, Balcão.

---

<sup>1</sup> Trabalho de Conclusão de Curso apresentado, no primeiro semestre de 2020, ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

<sup>2</sup> Graduanda do curso de Ciências Contábeis da UFRGS. (jessicasch9@gmail.com).

<sup>3</sup> Orientador. Doutor em Ciências Contábeis pela Universidade de São Paulo (USP). Professor Associado II Do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da UFRGS. (edilson.paulo@ufrgs.br)

## ABSTRACT

In January 2019, the new International Financial Reporting Standards (IFRS) 16 'Leases' issued by the International Accounting Standards Board (IASB) came into force. In Brazil, the convergence to IFRS 16 will take place according to rule CPC 06 - Revision 2. According to a study released by KPMG on the impacts that this standard would have on the companies' statements, the retail segment was highlighted as strongly impacted with the validity of the standard. Therefore, the largest retail companies in Brazil that are publicly traded companies listed on the B3 S/A Brasil, Bolsa, Balcão were selected. Thus, the five largest Brazilian retail companies were selected according to the Brazilian Institute of Retail & Consumer Market Executives (IBEVAR). The companies that participated in the sample of this study opted for the complete retrospective of CPC 06 (R2) and, consequently, applied CPC 23 - Accounting Policies, Change of Estimate and Correction of Errors. Therefore, the sample companies were Via Varejo S.A. and Companhia Brasileira de Distribuição, also known as GPA. Additionally, the segment with the highest weight in retail sales was selected for this study according to IBEVAR, which refers to the Hyper & Supermarkets and Beverages segment. This way, the company AMBEV S.A. - the only one in the beverage segment listed on B3 - was selected to also be part of the sample, since there were already companies in the Hyper & Supermarkets business. This is a documental research, descriptive and of quali-quantitative nature. In this study, the effects of the adoption of the new standard on accounting practices were verified, through the analysis of financial ratios and the analysis of the notes to the financial statements. It was observed that the companies analyzed had similarities between the information disclosed in an explanatory note for the year 2018, that is, as the previous rule in force until January 2019, the International Accounting Standards (IAS) 17 'Leases'. As analyzed, the companies in the sample had significant effects on all the evaluated indexes, and, according to the study carried out by KPMG before the rule was in force, the highlighted indexes were really quite impacted in the retail segment.

**Keywords:** Leasing. CPC 06. IFRS 16. IAS 17. B3 S/A Brasil, Bolsa, Balcão.

## 1 INTRODUÇÃO

O International Accounting Standards Board (IASB) tem como objetivo principal trazer a transparência, responsabilidade e eficiência para mercados financeiros em todo o mundo. Consoante a este objetivo, em janeiro de 2016 foi emitida a International Financial Reporting Standards IFRS 16 '*Leases*' que se tornou obrigatória a partir de de 1º de janeiro de 2019.

No Brasil, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) foi criado em função da necessidade de centralização na emissão de normas contábeis e da representação de processos democráticos visando à convergência da contabilidade brasileira às normas internacionais. Visto isso, a adoção à IFRS 16 se dará pelo cumprimento do Pronunciamento Técnico CPC 06 - Revisão 02.

Segundo estudo divulgado pela KPMG (2016) a mudança substancial será o aumento da transparência e da comparabilidade das demonstrações financeiras, principalmente das empresas que utilizam grandes volumes de operações de arrendamento. Adicionalmente, “as principais métricas financeiras serão afetadas quer pelas diferenças no momento do reconhecimento e classificação de receitas e despesas de arrendamento” (KPMG, 2016, p.3).

Wolk, Dodd e Rozycki (2008) indicam que a atenção dada aos arrendamentos nos padrões contábeis reflete o aumento do uso do *leasing* na comunidade de negócios e a necessidade de esclarecer e padronizar a contabilização dessa complexa transação. Adicionalmente afirmam que o arrendamento mercantil é o tema que mais se discute tanto nos cenários nacionais quanto nos internacionais.

Anteriormente as empresas não tinham obrigatoriedade de divulgar as informações dos seus arrendamentos operacionais diretamente no balanço patrimonial, apenas nas notas explicativas. Com a adoção da nova norma de arrendamento, como consequência das despesas financeiras calculadas sobre o passivo, as companhias irão registrar despesas maiores no início do prazo do arrendamento para a maioria dos contratos, mesmo quando os pagamentos são constantes (KPMG, 2016).

Diante deste contexto surge a seguinte questão: Quais são os efeitos do CPC 06 (R2) nos indicadores das companhias de varejo na B3 S/A Brasil, Bolsa, Balcão que utilizam grandes volumes de operações de Arrendamento Mercantil? Desta forma, o objetivo deste estudo é demonstrar quais os efeitos do CPC 06 nos indicadores das companhias de capital aberto no segmento de varejo da B3 tendo como base o ano de 2018 para as organizações que adotaram retrospectiva completa do CPC 06 (R2) e, conseqüentemente, aplicou o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros.

A escolha deste tema se faz importante devido ao maior nível de responsabilidade que o contador tem adquirido e à preocupação do mercado de capitais em produzir informações contábeis mais fiéis à realidade econômica das empresas (PEGORINI *et al.*, 2015). Apesar da do impacto em uma grande variedade de ramos de atividade, o segmento escolhido é um dos mais impactados (KPMG, 2016).

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

Nesta seção serão abordados os conceitos de arrendamento mercantil, bem como a IFRS 16 sob a ótica do arrendatário e os principais indicadores financeiros impactados pela adoção dos novos procedimentos contábeis, além de outros estudos publicados na área.

## 2.1 ABORDAGEM CONCEITUAL DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

Segundo dados da Associação Brasileira das Empresas de Leasing (2019) o Leasing é fundamental na concepção econômica de que o fato propulsor de rendimentos para uma empresa é a utilização e não propriedade de um bem. Desta maneira, genericamente, o Leasing pode ser explicado com o contrato cuja finalidade é a cessão do uso de bens de capital.

A legislação brasileira, através da Lei nº 6.099/74 - com alterações introduzidas pela Lei nº 7.132/83 – em seu artigo 1º, define arrendamento mercantil como:

Considera-se arrendamento mercantil, para efeitos desta Lei, o negócio jurídico realizado entre pessoa jurídica, na qualidade de arrendadora, e pessoa física ou jurídica na qualidade de arrendatária, e que tenha por objeto o arrendamento de bens adquiridos pela arrendadora, segundo especificações da arrendatária e para o uso próprio desta (BRASIL, 1983).

Essa legislação definiu tratamento tributário e transferiu a responsabilidade ao Conselho Monetário Nacional (CMN) e ao Banco Central do Brasil (NIYAMA; SILVA, 2013).

Consoante ao CPC 06 – Revisão 01 (2010), o “Arrendamento é um acordo pelo qual o arrendador transmite ao arrendatário em troca de um pagamento ou série de pagamentos o direito de usar um ativo por um período de tempo acordado”. O leasing pode ser concebido de duas formas sob a ótica de retorno do investimento por parte do arrendador. A primeira delas é como instrumento de financiamento de médio a longo prazo para aquisição de bens de capital (Leasing Financeiro) ou como instrumento através do qual é disponibilizada o uso dos bens de capital (Leasing operacional).

De acordo com Barbosa *et al.* (2011), a Resolução CMN nº 2.309/96 trouxe a segregação das operações de arrendamento mercantil em financeiro e operacional. O disposto no artigo 5º desta Resolução (BACEN, 1996), considera-se arrendamento mercantil financeiro a modalidade em que:

- I - as contraprestações e demais pagamentos previstos no contrato, devidos pela arrendatária, sejam normalmente suficientes para que a arrendadora recupere o custo do bem arrendado durante o prazo contratual da operação e, adicionalmente, obtenha um retorno sobre os recursos investidos;
- II - as despesas de manutenção, assistência técnica e serviços correlatos à operacionalidade do bem arrendado sejam de responsabilidade da arrendatária;
- III - o preço para o exercício da opção de compra seja livremente pactuado, podendo ser, inclusive, o valor de mercado do bem arrendado.

No item 62 do pronunciamento técnico CPC 06 – Revisão 02, define que arrendamento mercantil financeiro deve ser classificado como tal se ele transferir substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade.

Já no artigo 6º na Resolução 2.309 (BACEN, 1996), considera-se arrendamento mercantil operacional a modalidade em que:

I - as contraprestações a serem pagas pela arrendatária contemplem o custo de arrendamento do bem e os serviços inerentes a sua colocação à disposição da arrendatária, não podendo o valor presente dos pagamentos ultrapassar 90% (noventa por cento) do "custo do bem;"

II - o prazo contratual seja inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do prazo de vida útil econômica do bem;

III - o preço para o exercício da opção de compra seja o valor de mercado do bem arrendado;

IV - não haja previsão de pagamento de valor residual garantido.

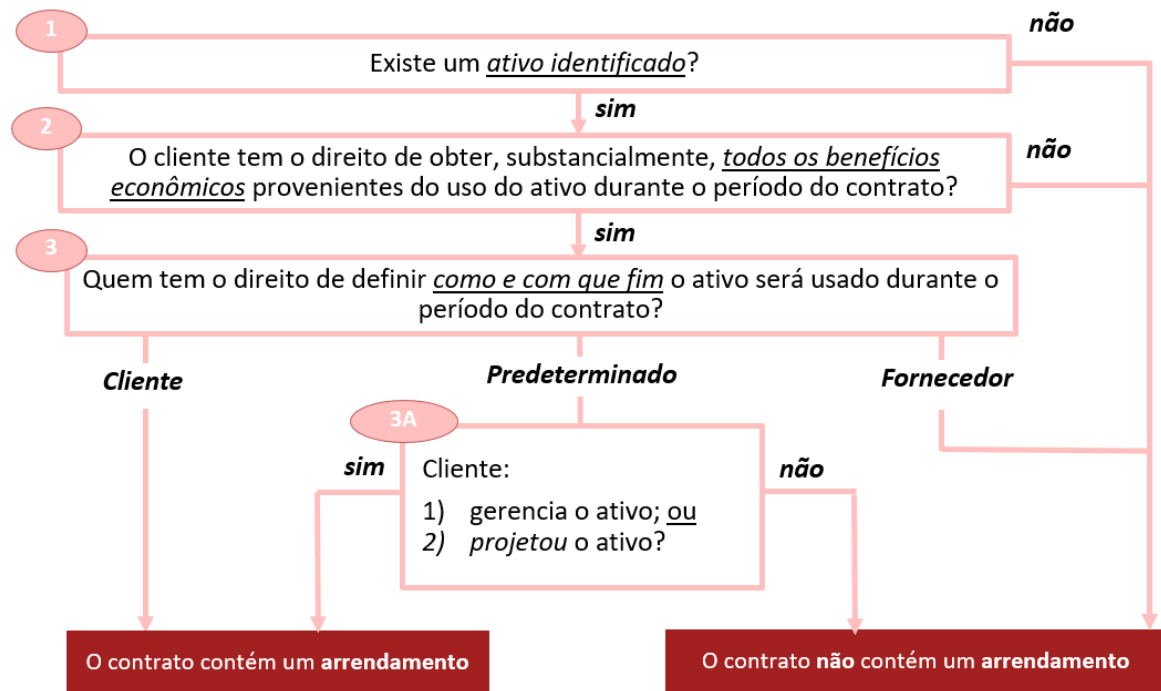
Visto estes conceitos, com o objetivo de tornar mais transparente os ativos e passivos das empresas, além de melhorar a comparabilidade e a divulgação de atividades de arrendamento da empresa, a norma IFRS16 alterou o padrão de reconhecimento contábil das operações de arrendamento e locações, e sua conseqüente representação nas demonstrações financeiras.

Desta maneira, o International Accounting Standards Board (IASB) - organização que publica e atualiza o International Financial Reporting Standards (Normas Internacionais de Contabilidade) - uniformizou e simplificou o processo de definição e aplicação da contabilidade de arrendamento, eliminando o conceito que separa arrendamentos financeiros e operacionais, apresentando um único modelo de contabilidade para o arrendatário. Na próxima seção descreveremos as contribuições do Exposure Draft 2010/9 e Revised Draft 2013/6 à IFRS sob a ótica do arrendatário.

## 2.2 CONTRIBUIÇÃO DO EXPOSURE DRAFT 2010/9 À IFRS 16 SOB A ÓTICA DO ARRENDATÁRIO

No início de um contrato, uma empresa avalia se o contrato é, ou contém, um arrendamento. Um contrato é, ou contém, um arrendamento se o contrato prevê o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de um pagamento. Conforme a visão gerencial apresentada por Almeida (2016) demonstra-se na Figura 1, uma árvore de decisão para identificar se o contrato é ou contém um arrendamento.

Figura 1 - *Decision Tree* para identificação de um arrendamento



Fonte: O autor (2020).

No ano de 2016, o IASB divulgou a IFRS 16 ‘Leases’ que estabelece princípios para o reconhecimento, apresentação, divulgação e mensuração das atividades de arrendamento mercantil. A adoção antecipada da norma – ou seja, antes de janeiro de 2019 – era permitida para as entidades elegíveis, desde que aplicassem a IFRS 15 antes da data inicial de vigência da norma do leasing.

Segundo o IASB houve a necessidade de alteração do modelo contábil anterior, pois este estava sofrendo duras críticas em relação às necessidades dos usuários das demonstrações financeiras. Dentre essas críticas, se destacam:

- (a) Muitos usuários ajustavam demonstrações financeiras de um arrendatário para capitalizar arrendamentos operacionais porque, na visão deles, o financiamento e os ativos fornecidos por arrendamentos deveriam estar refletidos na demonstração da posição financeira (“balanço patrimonial”).
- (b) A existência de dois modelos contábeis diferentes para arrendamentos reduzia a comparabilidade para as demonstrações financeiras e forneciam oportunidades para estruturar transações para alcançar um resultado contábil específico.

- (c) os requisitos anteriores para arrendadores não forneciam informações adequadas sobre a exposição ao risco de crédito de um arrendador (decorrente de um arrendamento) e exposição ao risco de ativos (decorrente da participação retida do arrendador no ativo subjacente), particularmente para arrendamentos de equipamentos e veículos que eram classificados como arrendamentos operacionais.

Portanto, os dois conselhos – International Accounting Standards Board e Financial Accounting Standards Board – decidiram tratar as duas primeiras críticas por meio do desenvolvimento de uma nova abordagem para contabilização do arrendatário que exige que um arrendatário reconheça ativos e passivos para os direitos e obrigações criados pelos arrendamentos. A IFRS 16 exige este reconhecimento para contratos superiores a 12 meses e para os quais o ativo subjacente não é de baixo valor.

Esta abordagem resultará em uma representação de ativos e passivos de um arrendatário mais fiel e, juntamente com divulgações aprimoradas, em uma maior transparência de alavancagem financeira e capital empregado de um arrendatário. Para tratar da terceira crítica, a IFRS 16 exige uma divulgação aprimorada pelos arrendadores de informações sobre sua exposição a risco.

Em agosto de 2010, os conselhos publicaram uma Minuta de Exposição conjunta, a Exposure Draft 2010/9 após considerar cartas de comentários recebidas sobre o Documento de Discussão publicado em março de 2009. Esta publicação contribuiu de forma positiva para se chegar a uma proposta aderente de mudança na contabilização das operações de arrendamento mercantil.

A ED/2010/9 desenvolveu mais ainda o modelo contábil de “direito de uso” para arrendatários que havia sido proposto no Documento de Discussão, e que os respondentes apoiaram de modo geral. Além disso, acrescentou propostas para alterações à contabilização do arrendador. Os Conselhos decidiram incluir a contabilização do arrendador nas propostas em resposta aos comentários dos respondentes ao Documento de Discussão. Alguns respondentes recomendaram que os Conselhos desenvolvessem modelos contábeis para arrendatários e arrendadores com base em um raciocínio consistente.

Os *boards* decidiram, a partir da IFRS 16, que um arrendatário deveria ser obrigado a reconhecer ativos e passivos para todos os contratos de arrendamento, salvo exceções limitadas, e ambos definiram a operação de arrendamento mercantil operacional da mesma forma (IASB, 2016).

Por outro lado, o IASB decidiu adotar um modelo único de contabilização pelo qual um arrendatário contabiliza todas as operações de arrendamento da mesma forma. O FASB decidiu adotar dois modelos de contabilização pelo arrendatário, de maneira similar aos requisitos anteriores nos princípios geralmente aceitos, US GAAP, para distinguir entre arrendamento operacional e arrendamento financeiro (IASB, 2016).

Para o arrendatário é necessário reconhecer um direito de uso (“ROU” – *Right Of Use*) em seu ativo, juntamente com uma responsabilidade sobre ele que é a obrigação de realizar os pagamentos da locação. A mensuração do direito de uso deverá ser feita da mesma forma que outros ativos não financeiros, como instalações, máquinas e equipamentos o são, como consequência, o arrendatário reconhece a depreciação dos ativos de direito de uso. Os passivos devem ser mensurados da mesma forma que outros passivos financeiros o são.

Os ativos e passivos resultantes de um contrato são inicialmente medidos em uma base de valor presente. A medida inclui pagamentos de locação não canceláveis, incluindo aqueles ligados à inflação, e também inclui pagamentos a efetuar em períodos opcionais se o arrendatário for razoavelmente certo de exercer uma opção para estender o contrato de arrendamento ou não exercer a opção de rescindir o contrato (IASB, 2016).

Quanto aos requisitos de divulgação, o IASB destaca que:

Os arrendatários vão precisar aplicar juízo em decidir sobre as informações a divulgar para cumprir o objetivo de proporcionar uma base para os usuários das demonstrações financeiras avaliarem o efeito sobre a posição financeira, desempenho financeiro e fluxos de caixa do locatário locações. (2016, p.7)

Conforme Almeida (2016), é de fundamental importância que os profissionais da área contábil, se atualizem em relação às métricas de reconhecimento contábil, e que, apesar das alterações para os arrendatários serem mais expressivas, os arrendadores terão que considerar a nova norma em suas demonstrações financeiras. A Quadro 1 apresenta uma síntese com os pontos com maior relevância dos tratamentos contábeis conforme a IFRS16 e a norma USGAAP:



Quadro 1 - Principais observações para arrendadores conforme a IFRS16

Tópico	IFRS 16	IAS 17
<b>Modelo contábil do arrendador</b>	– Dois modelos de contabilização.	
	– Teste de classificação do arrendamento baseado nos critérios de classificação do IAS 17.	
	– Modelo baseado nos critérios da IAS 17 para arrendamentos financeiros com reconhecimento do investimento líquido no arrendamento composto e arrendamento recebível e ativo residual.	
	– Modelo baseado nos critérios da IAS 17 para arrendamentos operacionais.	
<b>Expedientes práticos e isenções</b>	– Isenção opcional para arrendamentos de curto prazo - prazo do arrendamento de 12 meses ou menos. – Contabilização da carteira como um todo é permitida se o efeito contábil não diferir materialmente do resultado que seria obtido baseado na contabilização de cada arrendamento individualmente.	
	– Isenção opcional para arrendamentos de itens de baixo valor mesmo se significativos em conjunto, por exemplo, ativos quando novos com um valor igual ou inferior a US\$ 5.000.	– Nenhuma isenção para contratos de arrendamento de itens de baixo valor
<b>Data de vigência</b>	– Períodos contábeis que se iniciam em ou após 1o de janeiro de 2019.	– Exercícios iniciados após 15 de dezembro de 2018.
	– A adoção antecipada é permitida somente se a IFRS 15 for também aplicada.	– A adoção antecipada é permitida, mesmo antes da adoção da norma de receita.

Fonte: Adaptado de IFRS em destaque (2016, p.2).

A norma prevê, em seu item de número 53, que o arrendatário divulgue: (a) a depreciação de ativos do direito de uso pela classe do ativo subjacente; (b) despesa de juros sobre os passivos de locação; (c) as despesas relativas a locações de curto prazo, não sendo necessário incluir a despesa relativa a locações com um prazo de locação de um mês ou menos; (d) as despesas relativas à locação de bens de baixo; (e) as despesas relativas a pagamentos de locação variável não incluídos na mensuração de passivos de locação; (f) receitas de sublocação de direito de uso bens; (g) saída de dinheiro total para locações; (h) adições ao direito de uso de bens; (i) ganhos ou perdas decorrentes de transações de venda e relocação; e (j) a realização do direito de uso de ativos no final do período de relato por classe de ativo subjacente (IASB, 2016).

Além das divulgações exigidas, um arrendatário divulgará informações qualitativas e quantitativas adicionais sobre suas atividades de arrendamento necessárias para cumprir o objetivo de avaliar o efeito sobre a posição financeira, desempenho financeiro e fluxos provenientes de atividades de arrendamento. Desta forma, tendo em vista as justificativas formuladas pelo IASB a respeito das mudanças na contabilização do arrendamento mercantil

operacional, concretizadas pela IFRS 16, pode-se observar que o reconhecimento de um direito e de uma obrigação nas demonstrações das companhias, qualificadas como arrendatárias, impactariam a estrutura patrimonial e principalmente os indicadores de liquidez, endividamento e de alavancagem financeira.

### 2.3 ÍNDICES DE ANÁLISE ECONÔMICA FINANCEIRA

De acordo com Matarazzo (2010, p.82), “assim como um médico usa certos indicadores, como pressão arterial e temperatura, para elaborar o quadro clínico de um paciente, os indicadores financeiros permitem construir um quadro de avaliação da empresa”. Dessa forma, a leitura de índices financeiros permite uma visão macro da saúde econômica e financeira de uma entidade. Porém, a quantidade de índices não é determinante para uma análise de qualidade, somente aqueles necessários à compreensão da situação observada (MARTINS; DINIZ; MIRANDA, 2014).

Assim sendo, Assaf (2012) assegura que um índice isolado dificilmente contribuirá com informações relevantes. Ainda que uma série de outros índices complementares tenha sido mensurada, é indispensável uma confrontação temporal e setorial. Segundo estudo da KPMG, na Figura 2 verificamos alguns indicadores que serão impactados com a nova norma de arrendamentos.

Figura 2 – Impacto nos indicadores financeiros



Fonte: IFRS em destaque (2016, p. 37).

Os índices selecionados para esta pesquisa estão representados no Quadro 2.

**Quadro 2** – Índices selecionados para a pesquisa

Indicador	Fórmula	Conceito
<b>EBITDA</b>	$EBITDA = \text{Lucro Operacional Antes do Imposto de Renda e Receitas/Despesa Financeira} + \text{Depreciação} + \text{Amortização}$	O EBITDA representa a geração operacional de caixa da companhia, ou seja, o quanto a empresa gera de recursos apenas em suas atividades operacionais, sem levar em consideração os efeitos financeiros e de impostos.
<b>Giro do Ativo</b>	$GA = \text{Receitas Líquidas} / \text{Ativo Total}$	O índice de Giro do ativo considera a verificação de eficiência do ativo. De acordo com Ohlson e Gao (2008), este índice evidencia a proporção das receitas em vendas em relação ao total de ativos investidos pela companhia, ou seja, quanto a empresa vendeu para cada unidade monetária investida.
<b>Alavancagem Financeira</b>	$GAF = RPL / RAT$ Sendo: RPL= Retorno sobre o Patrimônio Líquido = Lucro líquido/Patrimônio Líquido. RAT= Retorno sobre o Ativo Total = Lucro depois do Imposto de Renda e antes dos juros/Ativo Total.	A alavancagem financeira é medida pela capacidade em aumentar o lucro da empresa, ao se aumentarem os custos fixos por meio deste processo. O conceito de alavancagem financeira relaciona o capital que a empresa toma de terceiros para "alavancar" o lucro por ação, como o capital próprio do negócio, caso a operação seja bem-sucedida
<b>Endividamento Geral</b>	$EG = \text{Passivo exigível total} / \text{Patrimônio Líquido}$	O Índice de Endividamento Geral é o mais aplicado nas avaliações financeiras por parte de investidores, e, conforme Iudícibus (2009), procura retratar a dependência de recursos de terceiros perante o capital próprio, sendo que grande parte das companhias, que apresenta um alto quociente durante um período prolongado, acabam indo à falência.
<b>Endividamento Financeiro</b>	$EF = \text{Empréstimos e Financiamentos} / \text{Patrimônio Líquido}$	O Índice de Endividamento Financeiro é normalmente aplicado por instituições financeiras nas avaliações de solicitação de tomada de crédito e, segundo Martins, Diniz e Miranda (2012) este indicador evidencia como as empresas financiam seus ativos.

Fonte: Elaborada com base em Iudícibus (2010).

## 2.4 ESTUDOS RELACIONADOS

O estudo de Matos e Niyama (2018) teve como objetivo iniciar um debate teórico sobre os principais desafios da IFRS 16 e suas implicações. A metodologia utilizada pelos autores se classificou em ensaio teórico, que apresenta uma grande reflexão para a Contabilidade como ciência. Baseado na teoria da contabilidade, a discussão dos tópicos revela que os principais desafios que a norma traz são percebidos pelas arrendatárias. Discutiu-se o modelo único de contabilização e suas subjetividades que começam com o teste On/Off balance sheet, que trazem conceitos para identificar se o contrato é ou contém leasing. A nível macro encontrou-se que o impacto da norma tem como principal consequência as mudanças nas métricas financeiras (exemplo EBTDA, ROE, ROA); novas estimativas; maior julgamento; e volatilidade do balanço.

Em Matos e Murcia (2018) é identificado que a produção sobre o assunto de arrendamento mercantil a evolução do processo de normatização internacional e foi destacado o ano de 2006, quando o tema entrou na agenda do IASB. Foram identificados três grupos temáticos: foram: Decisões/Ações da Administração (38%); Avaliação de Riscos com base nas Demonstrações Financeiras (36%); Normatização do arrendamento (26%). Além da contribuição do estudo se dar pela aplicação de três metodologias diferentes (descritiva de escopo e narrativas), este sistematizou a apresentação de estudos mostrando do que se trata a pesquisa sobre leasing, os temas, métodos e técnicas, assim como indicações de lacunas e descreveu as pesquisas de forma a verificar se esses estudos têm demonstrado avanços sobre o conhecimento.

A pesquisa de Tănase, Calotă e Oncioiu enfocou no impacto da nova norma IFRS 16 nos principais indicadores de desempenho das empresas. Como resultado, puderam verificar que a magnitude desse impacto pode mudar dependendo da densidade de uso do arrendamento nas empresas e também dependendo do setor em que se encontram. Os resultados mostraram que as transações futuras podem ser influenciadas pela IFRS 16, como *leaseback*, aquisições e fusões e locação vs. compra.

## 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No que tange à abordagem do problema, esta pesquisa será classificada como qualitativa e quantitativa. Segundo Raupp e Beuren (2013, p. 92), “a abordagem quantitativa caracteriza-se pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento

dos dados”. Porém, também é caracterizada como qualitativa, pois, de acordo com os autores, “A abordagem qualitativa visa destacar características não observáveis por meio de um estudo quantitativo, haja vista a superficialidade deste último.”.

Quanto aos objetivos e procedimentos técnicos utilizados para coleta de dados, este estudo pode ser classificado respectivamente como descritivo e documental. De acordo com Cervo e Bervian (1996), a pesquisa descritiva procura descobrir com a máxima precisão possível a frequência que um fenômeno ocorre, e suas conexões com outros eventos, além de sua natureza e características, correlacionando com outros fatos ou fenômenos. Adicionalmente, os autores Raupp e Beuren (2013, p. 90) afirmam que a pesquisa documental é utilizada quando se deseja “[...] analisar o comportamento de determinado setor da economia, como os aspectos relacionados à situação patrimonial, econômica e financeira”.

Para a realização deste estudo, foram selecionadas as maiores companhias de varejo brasileiro, que, segundo o estudo do Instituto Brasileiro de Executivos de Varejo & Mercado de Consumo (IBEVAR) são, respectivamente: Carrefour, Grupo Pão de Açúcar, Via Varejo, Walmart e Lojas Americanas. Também, segundo a pesquisa do IBEVAR, foi verificado que o segmento que mais tem peso nas vendas do varejo é o de hiper & supermercados e bebidas. Como as empresas de Hiper e supermercados já estavam contidas na seleção inicial por serem as de maior faturamento, foi selecionado o segmento de cervejas e refrigerantes na B3 cuja única empresa listada é a AMBEV S.A. Destas, as organizações as que reaperentaram as demonstrações de 2018 no relatório de demonstração patrimonial anual de 2019, e, portanto, fazem da nossa amostra são: Grupo Pão de Açúcar, Via Varejo e AMBEV S.A.

Desta maneira, a amostra desta pesquisa é do tipo não probabilística e por julgamento, visto que se utilizou a pesquisa do IBEVAR para seleção das empresas a serem analisadas. Todas elas são empresas varejistas que, segundo documento Effects Analysis disponibilizado pelo IFRS (2016, p.16) em janeiro de 2016, seriam o segundo ramo mais afetado com a vigência da nova norma de arrendamento mercantil. As demonstrações destas empresas serão coletadas no site da B3 e para possibilitar esta análise, serão examinadas as informações financeiras do ano de 2019, nos relatórios financeiros das companhias da amostra.

Apesar da recém aplicação da norma, estas companhias têm grandes volumes de ativos por contratos de arrendamento mercantis operacionais e, desta maneira, terão ajustes significativos em seus ativos e passivos, o que provocará alterações em suas demonstrações financeiras. Com o objetivo de verificar os procedimentos de contabilização dos contratos de arrendamento mercantil atuais e comparar com os novos procedimentos determinados pela

nova norma IFRS 16, será evidenciado as alterações nas demonstrações financeiras e apresentando um comparativo entre os índices financeiros selecionados.

A análise dos dados será dividida em duas fases. A primeira consiste em selecionar e explorar os documentos a serem examinados observando as Notas Explicativas, para verificar como estão estruturadas as Demonstrações Financeiras com o objetivo de demonstrar os índices financeiros selecionados de acordo com o CPC 06 - Revisão 01 de 2010. A segunda fase estabelece uma comparação com a anterior, demonstrando as diferenças com a adoção da IFRS 16, pela apresentação das Demonstrações Financeiras e os índices financeiros selecionados, já ajustados com a nova norma que entrou em vigor a partir de janeiro de 2019 por meio do CPC 06 - Revisão 02 de 2016. As demonstrações coletadas estão no site da B3 e também nos sites das companhias selecionadas.

#### **4 ANÁLISE DOS RESULTADOS**

Com o propósito de atender ao objetivo deste estudo que é demonstrar quais os efeitos da aplicação do CPC 06 (R2) nos indicadores das companhias de capital aberto no segmento de varejo da B3, serão apresentados os resultados obtidos nesta seção com base na análise dos dados coletados do ano de 2018.

##### **4.1 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONFORME CPC 06 (R1) – IAS 17**

Examinando as demonstrações conforme o CPC 06 (R1) pode-se constatar que todas as organizações classificaram seus arrendamentos em operacionais e financeiros. Estas reconhecem o arrendamento financeiro em contas específicas em nos seus balanços patrimoniais e, além disso cada uma das empresas analisadas apresenta uma nota explicativa com os desembolsos futuros referentes aos arrendamentos operacionais.

Conforme destacado por Casanova *et al.* (2016) para o devido enquadramento da norma as companhias precisam adequar suas demonstrações contábeis, e, para isso, se faz necessária uma prévia análise de dados sobre os contratos de arrendamento. As empresas da amostra, como está demonstrado na tabela 1 em suas demonstrações de 2018 fizeram esta análise prévia e indicaram um aumento significativo referente ao reconhecimento do direito de uso do ativo arrendado e também aumento no passivo financeiro relativo aos pagamentos

de aluguéis futuros descontados a valor presente para praticamente todos os contratos de arrendamento.

Tabela 1 – Impactos previstos pelas empresas da amostra nas contas patrimoniais em 2018

	Via Varejo	AMBEV	GPA
Direito de Uso	Entre 3,5 e 3,9 bilhões	Aproximadamente 1,5 milhões	Aproximadamente 3,6 bilhões
Passivo Financeiro	Entre 3,9 e 4,4 bilhões	Aproximadamente 1,6 milhões	Aproximadamente 4,8 bilhões

Fonte: Elaborado a partir de dados da pesquisa com base nas demonstrações financeiras de 2018 das empresas da amostra.

Dentre os ativos arrendados pelas companhias foram destacados:

1. Via Varejo: Equipamentos, espaços, incluindo lojas e centros de distribuição;
2. AMBEV: Veículos, centros de distribuição, salas comerciais e equipamentos industriais;
3. GPA: Lojas e centros de distribuição.

Com base nestas informações divulgadas, verifica-se que há uma semelhança sobre os arrendamentos do varejo que se concentra geralmente em espaços físicos (imóveis). É em função destes grandes espaços alugados pelo varejo que os passivos financeiros das empresas varejistas são impactados como destaca a tabela 1. Um ponto importante a ser destacado é que no resultado, há uma grande diferença para os contratos de longo prazo: os alugueis eram linearizados, apenas mudando de ano em ano por conta do reajuste por inflação. Com o IFRS 16, os valores são decrescentes na despesa porque a amortização do ativo é linear.

#### 4.2 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONFORME CPC 06 (R2) – IFRS 16

Após a análise das demonstrações financeiras de 2018 das companhias selecionadas foi possível constatar que elas realizaram a escolha por adotar a retrospectiva completa do IFRS 16. Conseqüentemente, no ano de 2019 foi rerepresentado as demonstrações financeiras do ano anterior, com as informações comparativas ajustadas.

As organizações apresentadas neste estudo, nas demonstrações do ano de 2019 conforme o CPC 06 (R2) passaram a apresentar os arrendamentos operacionais em contas específicas no balanço, como apresentado nos apêndices A, B e C. Com base nas notas explicativas, todas as organizações informaram que adotaram, a partir de 1 de janeiro de 2019, o IFRS 16 e destacaram que realizaram um inventário dos contratos avaliando se eles contêm ou não arrendamento de acordo com a nova norma.

Além disso, foram identificados mais ativos arrendados que não haviam sido citados nas demonstrações de 2018 tais como: caminhões, carros, empilhadeiras e servidores. Quanto aos indicadores, o EBITDA ajustado é o mais citado nos relatórios. As empresas Via Varejo e GPA realizaram este ajuste excluindo outras despesas e receitas operacionais. Já a companhia AMBEV realiza os ajustes do EBITDA excluindo os efeitos de: participação de não controladores, despesa com imposto de renda, participação nos resultados de coligadas e subsidiárias, resultado financeiro líquido, itens não recorrentes, e despesas com depreciações e amortizações. Vale ressaltar que, nesta pesquisa, o EBITDA foi calculado em conformidade com a Instrução nº 527 da Comissão de Valores Mobiliários, 04/10/12.

#### 4.3 ANÁLISE DOS ÍNDICES FINANCEIROS

Os efeitos convergência do CPC 06 (R1) para a IFRS 16 são confirmados nos índices como será apresentado nas tabelas desta seção da análise de dados. De acordo com o que foi apresentado no referencial teórico, o estudo da KPMG (2016) prevê um aumento no EBITDA quando apresentado conforme a IFRS 16, em comparação com a apresentação da informação de acordo com o IAS 17. Esta pesquisa confirmou esta constatação na realização dos cálculos deste índice das companhias da amostra. Isso ocorre porque para a maior parte dos arrendamentos, as principais despesas são apresentadas como despesa de depreciação e de juros - exceto para pagamentos variáveis, que são imputados quando incorridos. Verifica-se na tabela 2 que este índice teve maior impacto na companhia Via Varejo com uma variação de 80%, seguido do Grupo Pão de Açúcar (GPA) com 36% e, por último, a companhia AMBEV com 2%.



**Tabela 2 – EBITDA**

Empresas	EBITDA		
	2018 IFRS 16	2018 IAS 17	Δ%
GPA	5.426.000	3.989.000	36%
Via Varejo	2.788.000	1.547.000	80%
AMBEV	27.225.015	26.447.031	2%

Fonte: Elaborado a partir de dados da pesquisa com base nas demonstrações financeiras de 2018 e 2019 das empresas da amostra.

Da mesma forma, foi apresentado pela KPMG que o giro do ativo cairia em relação a antiga forma de apresentação (IAS 17), e, este indicador é impactado por conta da maior imobilização devido ao reconhecimento dos ativos no balanço patrimonial. Este indicador representa a proporção de vendas a partir do ativo da companhia, e, esta mudança, por conseguinte, pode prejudicar a capacidade de satisfazer eventuais cláusulas contratuais.

**Tabela 3 – Giro do Ativo**

Empresas	Giro do Ativo		
	2018 IFRS 16	2018 IAS 17	Δ%
GPA	0,7967	0,9345	-15%
Via Varejo	1,0913	1,2789	-15%
AMBEV	0,8042	0,8178	-2%

Fonte: Elaborado a partir de dados da pesquisa com base nas demonstrações financeiras de 2018 e 2019 das empresas da amostra.

O último índice que foi citado pela KPMG em seu estudo de impactos da adoção da IFRS 16 nas normas brasileiras foi o de alavancagem financeira. Conforme a análise este índice teria de ser impactado positivamente, aumentando com a aplicação da IFRS 16. Particularmente, este índice apresentou um efeito não conclusivo na amostra deste estudo, que pode ser explicado devido a variação do lucro líquido impactado pelo não reconhecimento na conta Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos.

**Tabela 4 – Alavancagem Financeira**

Empresas	Alavancagem Financeira		
	2018 IFRS 16	2018 IAS 17	Δ%
GPA	1,4738	1,4432	2%
Via Varejo	1,7934	1,8340	-2%
AMBEV	0,8235	0,8233	0%

Fonte: Elaborado a partir de dados da pesquisa com base nas demonstrações financeiras de 2018 e 2019 das empresas da amostra.

Por último, foram analisados os índices de endividamento Geral e Financeiro das empresas da amostra. Os índices que relacionam o passivo com o capital próprio mostram as relações entre a responsabilidade da empresa prestada via dívida e o capital dado pelos proprietários ou parceiros da empresa. No caso em que a proporção está acima do nível desejado, isso mostra que a empresa é financiada por terceiros e não pelos proprietários da empresa. Quanto maior a proporção, maior o risco para a empresa.

**Tabela 5** – Endividamento geral e financeiro

	GPA			Via Varejo			AMBEV		
	2018 IFRS 16	2018 IAS 17	Δ%	2018 IFRS 16	2018 IAS 17	Δ%	2018 IFRS 16	2018 IAS 17	Δ%
Endividamento Geral	3,7113	2,7914	33%	11,3442	7,3456	54%	0,6659	0,6356	5%
Endividamento Financeiro	0,4084	0,3964	3%	2,1636	1,7436	24%	0,0714	0,0421	70%

Fonte: Elaborado a partir de dados da pesquisa com base nas demonstrações financeiras de 2018 e 2019 das empresas da amostra.

Finaliza-se o objetivo deste estudo com a análise dos índices apresentados na tabela 5. O endividamento geral é mais impactado nas companhias Via Varejo e GPA, portanto, indica-se um aumento da dependência do capital de terceiros perante o capital próprio da empresa. Já o endividamento financeiro é fortemente impactado na empresa AMBEV seguido da Via Varejo. Este indicador expressa a relação entre o que a empresa deve a terceiros e o que foi investido pelos acionistas. Ambos os índices são impactados devido ao reconhecimento do passivo de arrendamento.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivou-se com este estudo analisar os efeitos da adoção da IFRS 16 na estrutura patrimonial das companhias de capital aberto do setor de varejo na B3 por meio da norma de contabilidade brasileira CPC 06 (R2). A partir do estudo do IBEVAR foram selecionadas as empresas por meio de dois critérios: o segmento de mais peso no varejo e as maiores empresas varejistas do Brasil. Visto isso, foram selecionadas apenas as empresas que optaram por reapresentar as demonstrações de 2018 nas demonstrações do ano de 2019, segundo o CPC 23.

Para atingimento do objetivo deste estudo, foram utilizadas como base as demonstrações financeiras das companhias selecionadas da amostra no site da B3. Foi realizado uma comparação do ano de 2018 reapresentado *versus* o ano de 2018 originalmente

apresentado, ou seja, foi estabelecido um comparativo das métricas contábeis e dos índices financeiros entre o IAS 17 '*Leases*' e a nova norma IFRS 16 '*Leases*'.

Portanto, foram calculados os indicadores: EBITDA, Giro do Ativo, Alavancagem Financeira, Endividamento Geral e Endividamento Financeiro, e, a partir destes foi possível confirmar o que o estudo da KPMG elucidou sobre a norma. Dentre as conclusões obtidas, destaca-se a elevação do EBITDA, assim como o aumento dos indicadores de Endividamento Geral e Financeiro, que sofreram impacto devido ao reconhecimento destas operações de arrendamento mercantil nos balanços das companhias. Verificou-se que no ano de 2018 todas as empresas tinham uma nota explicativa específica para tal operação. Inversamente ao comportamento destes índices, houve uma redução do indicador de Giro do ativo visto que há uma maior imobilização de ativos reconhecidos no balanço patrimonial.

Foi possível identificar uma semelhança entre as informações divulgadas em nota explicativa conforme o CPC 06 (R1), todas as empresas divulgaram previamente uma estimativa de impacto nas contas patrimoniais. No que se refere à estrutura patrimonial para a adequação ao CPC 06 (R2), observou-se que foram necessários a criação de novas contas contábeis e um novo tratamento no reconhecimento dos arrendamentos mercantis bem como divulgações diferenciadas do modelo anterior em nota explicativa.

Como sugestões para futuras pesquisas, recomenda-se analisar os efeitos do impacto na rotina operacional das organizações, pois mensalmente são agregados novos contratos, prorrogações e rescisões, o que demandará atualização dos cálculos e também controles tributários de todos estes eventos. É importante avaliar o impacto da norma não pontualmente para os registros contábeis, mas também para todos os processos que envolvem adaptação, no controle financeiro e operacional, e renegociação de contratos, a comunicação com bancos e acionistas, e também adaptações aos sistemas de TI.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. **Novas mudanças contábeis nas IFRS**. São Paulo: Atlas, 2016.

BACEN. **Resolução no 2.309, de 28 de agosto de 1996**. Banco Central do Brasil. Disciplina e consolida as normas relativas às operações de arrendamento mercantil. Brasília, Diário Oficial da União, 1996. Disponível em: [http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1996/pdf/res\\_2309\\_v2\\_L.pdf](http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1996/pdf/res_2309_v2_L.pdf). Acesso em: 20 ago. 2017.

BARBOSA, Glauber de Castro; BARROS, Fabrício de Oliveira; NIYAMA, Jorge Katsumi; SOUZA, Ludmila de Melo. Impacto da contabilização do leasing operacional no balanço

patrimonial: o caso das Cias Aéreas brasileiras TAM e GOL. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 30, n.1, p.21-34. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Enfoque/article/view/13178>. Acesso em: 20 de junho de 2019.

BATISTA, Evaldo Basílio de Oliveira. **Arrendamento mercantil operacional: as Mudanças Propostas Pelos Organismos Internacionais E Seus Efeitos Nas Empresas Brasileiras**. 2013. 79 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Financeiras e Contábeis) - Programa de Pós-Graduação em Controladoria Empresarial da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://tede.mackenzie.br/jspui/handle/tede/903>. Acesso em: 21 mai. 2019.

BRASIL. Presidência da república. **Decreto-lei nº 7.132, de 26 de outubro de 1983**. Altera dispositivos da Lei no 6.099 de 12 de setembro de 1974 que "dispõe sobre o tratamento tributário de arrendamento mercantil, e dá outras providências" e o Decreto-lei no 1.811, de 27 de outubro de 1980. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7132.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7132.htm). Acesso em: 20 mai. 2019.

BRASIL, Presidência da República. **Decreto-lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974**. Dispõe sobre o tratamento tributário das operações de arrendamento mercantil e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6099.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6099.htm). Acesso em: 20 mai. 2019.

CASANOVA, D.; ARAÚJO, T.; ANDRADE, M.; BESEN, F.; FERREIRA, W. **Impactos observados no imobilizado em razão da adoção das IFRS pela contabilidade brasileira**. Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade - RAGC, Campinas, v. 4, n. 9, p. 124-141, abr. 2016.

CERVO, A.; BERVIAN, P. **Metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1996.

CPC. Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros. Comitê de Pronunciamento Contábeis.

INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS - IFRS. **IFRS 16 Leases**. London: IFRS, 2016. Disponível em: <http://www.ifrs.org/issued-standards/list-of-standards/ifrs-16-leases>. Acesso em: 11 mai. 2019.

IUDÍCIBUS, S. **Análise de balanços**. 10. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2009.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E.; SANTOS, A. **Manual de contabilidade societária**. São Paulo: Atlas, 2010.

KPMG. **IFRS em destaque 02/2016: IFRS 16 Arrendamento**. São Paulo, 2016. Disponível em: <https://home.kpmg.com/br/pt/home/insights/2016/04/ifrs-em-destaque-02-2016-primeiras-impressoes.html>. Acesso em: 11 mai. 2019.

MARTINS, E; DINIZ, J & MIRANDA, G. **Análise avançada das demonstrações contábeis: uma abordagem crítica**. São Paulo: Atlas, 2012.

MATOS, Eduardo Bona Safe; MURCIA, Fernando Dal-Ri. Contabilidade e Arrendamento Mercantil/ Leasing: Revisão da Literatura Nacional e Internacional (2000-2018). **Revista de**

**Educação e Pesquisa em Contabilidade.** Brasília, v. 13, n. 1, art. 5, p. 68-88, jan./mar., 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17524/repec.v12i3.1858>. Acesso em: 14 mai. 2019.

MATOS, Nyalle Barboza; NIYAMA, Jorge Katsomi. IFRS 16 - Leases: desafios, perspectivas e implicações à luz da essência sobre a forma. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade.** Brasília, v. 12, n. 3, art 3, p.323 a 340, jul./set. 2018. Disponível em: [www.repec.org.br/repec/article/download/2173/1477/](http://www.repec.org.br/repec/article/download/2173/1477/). Acesso em: 20 jun. 2019.

NIYAMA, Jorge Katsumi; SILVA, César Augusto Tiúrcio. **Teoria da Contabilidade**, 3. ed, São Paulo: Atlas, 2013.

OHLSON, J., Gao, Z. **O lucro, seu crescimento e o valor da empresa.** São Paulo: Atlas, 2008.

PEGORINI, M; PACHECO, M; CAMPAGNARO, A. **A evolução da responsabilidade do profissional da contabilidade.** In: CONVENÇÃO DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 15. 2015, Bento Gonçalves. Anais... Porto Alegre: CRCRS, 2015.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In.: BEUREN, Ilse Maria (Org.). **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade:** teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012. p. 76-97.

SILVA, Aline Moura Costa. **Atitude do Profissional de Contabilidade em relação à fraude:** uma abordagem apoiada em cenários. 2009. 159 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: [http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UERJ\\_39624f3cdb3bac234b66e97d7bdaf34d](http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UERJ_39624f3cdb3bac234b66e97d7bdaf34d). Acesso em: 17 mai. 2019.

TÂNASE, Alin Elidor; CARLOTĂ, Traian Ovidiu; ONCIOIU, Florin Răzvan. The Impact of IFRS 16 on the Companies' Key Performance Indicators: Limits, Advantages and Drawbacks. **Academic Journal of Economic Studies.** v. 4, n.1, p. 54–59, March 2018.

WOLK, Harry I.; DODD, James L.; ROZYCKI, John J. **Accounting Theory:** Conceptual Issues in a Political and Economic Environment. Los Angeles: SAGE Publications, 2008. p. 559.

## APÊNDICE A – GPA

Conta	Descrição	31/12/2019	31/12/2018 reapresentado	31/12/2018 originalmente apresentado	31/12/2017 reapresentado	31/12/2017 originalmente apresentado
1	Ativo Total	57.991.000	61.988.000	52.849.000	55.862.000	47.707.000
1.01	Ativo Circulante	19.892.000	40.849.000	36.304.000	36.972.000	33.016.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	7.954.000	4.369.000	4.369.000	3.792.000	3.792.000
1.01.02	Aplicações Financeiras			0		0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado			0		0
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação			0		0
1.01.02.01.02	Títulos Designados a Valor Justo			0		0
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes			0		0
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado			0		0
1.01.03	Contas a Receber	1.108.000	686.000	686.000	885.000	885.000
1.01.03.01	Clientes	727.000	384.000	384.000	618.000	618.000
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	381.000	302.000	302.000	267.000	267.000
1.01.04	Estoques	8.625.000	5.909.000	5.909.000	4.822.000	4.822.000
1.01.05	Ativos Biológicos			0		0
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.627.000	679.000	679.000	596.000	596.000
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar			0		0
1.01.07	Despesas Antecipadas			0		0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	578.000	29.206.000	24.661.000	26.877.000	22.921.000
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	218.000	29.018.000	24.443.000	26.746.000	22.775.000
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas			0		0
1.01.08.03	Outros	360.000	188.000	218.000	131.000	146.000
1.01.08.03.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	73.000	43.000	43.000	0	0
1.01.08.03.02	Outros Ativos Circulantes	287.000	145.000	175.000	131.000	146.000
1.02	Ativo Não Circulante	38.099.000	21.139.000	16.545.000	18.890.000	14.691.000
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.338.000	4.046.000	3.997.000	3.543.000	3.452.000
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado			0		0
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo			0		0
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes			0		0
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado			0		0
1.02.01.04	Contas a Receber	193.000	132.000	132.000	722.000	722.000
1.02.01.04.01	Clientes	1.000	4.000	4.000	80.000	80.000
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	192.000	128.000	128.000	642.000	642.000
1.02.01.05	Estoques			0		0
1.02.01.06	Ativos Biológicos			0		0
1.02.01.07	Tributos Diferidos	354.000	298.000	207.000	252.000	125.000
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos			0		0
1.02.01.08	Despesas Antecipadas			59.000		43.000
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	104.000	34.000	34.000	25.000	25.000
1.02.01.09.01	Créditos com Coligadas			0		0
1.02.01.09.03	Créditos com Controladores			0		0
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas			0		0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	3.687.000	3.582.000	3.565.000	2.544.000	2.537.000
1.02.01.10.01	Ativos Não-Correntes a Venda			0		0
1.02.01.10.02	Ativos de Operações			0		0

	Descontinuadas					
1.02.01.10.04	Tributos a Recuperar	2.702.000	2.745.000	2.745.000	1.747.000	1.747.000
1.02.01.10.05	Depósitos Judiciais	795.000	776.000	776.000	762.000	762.000
1.02.01.10.06	Instrumentos Financeiros Derivativos	13.000	44.000	44.000	28.000	28.000
1.02.01.10.07	Outros ativos não circulantes	177.000	17.000	0	7.000	0
1.02.02	Investimentos	3.612.000	223.000	223.000	177.000	177.000
1.02.02.01	Participações Societárias	749.000	203.000	203.000	156.000	156.000
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas			0		0
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto			0		0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos			0		0
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	2.863.000	20.000	20.000	21.000	21.000
1.02.03	Imobilizado	22.709.000	14.052.000	9.650.000	13.292.000	9.138.000
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	15.638.000	9.621.000	0	9.083.000	0
<b>1.02.03.02</b>	<b>Direito de Uso em Arrendamento</b>	<b>7.071.000</b>	<b>4.431.000</b>	<b>0</b>	<b>4.209.000</b>	<b>0</b>
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento			0		0
1.02.04	Intangível	7.440.000	2.818.000	2.675.000	1.878.000	1.924.000
1.02.04.01	Intangíveis	7.440.000	2.818.000	0	1.878.000	0
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão			0		0
1.02.04.01.02	Intangíveis	6.604.000	1.920.000	0	1.878.000	0
1.02.04.01.03	Direito de Uso Intangível	836.000	898.000	0	0	0
1.02.04.02	Goodwill			0		0

Conta	Descrição	31/12/2019	31/12/2018 reapresentado	31/12/2018 originalmente apresentado	31/12/2017 reapresentado	31/12/2017 originalmente apresentado
2	Passivo Total	57.991.000	61.988.000	52.849.000	55.862.000	47.707.000
2.01	Passivo Circulante	23.135.000	37.587.000	32.785.000	33.395.000	28.992.000
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	980.000	686.000	686.000	640.000	640.000
2.01.01.01	Obrigações Sociais			0		0
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas			0		0
2.01.02	Fornecedores	14.887.000	9.246.000	9.246.000	8.128.000	8.128.000
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais			0		0
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros			0		0
2.01.03	Obrigações Fiscais	531.000	370.000	370.000	301.000	301.000
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais			0		0
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar			0		0
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais			0		0
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais			0		0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	3.488.000	1.981.000	2.016.000	1.200.000	1.251.000
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos			0		0
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional			0		0
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira			0		0
2.01.04.02	Debêntures			0		0
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento			0		0
2.01.05	Outras Obrigações	3.249.000	1.428.000	1.055.000	1.179.000	848.000
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	215.000	145.000	145.000	153.000	153.000

2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas			0		0
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores			0		0
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas			0		0
2.01.05.02	Outros	3.034.000	1.283.000	910.000	1.026.000	695.000
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	168.000	57.000	57.000	78.000	78.000
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar			0		0
2.01.05.02.03	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações			0		0
2.01.05.02.04	Outros passivos circulantes			0		0
2.01.05.02.05	Aluguéis a pagar			127.000		128.000
2.01.05.02.06	Outros passivos circulantes			0		0
2.01.05.02.07	Repasse a Terceiros	164.000	11.000	0	14.000	0
2.01.05.02.08	Financiamento por Compra de Ativos	231.000	149.000	149.000	116.000	116.000
2.01.05.02.09	Receitas a Apropriar	365.000	250.000	250.000	146.000	146.000
2.01.05.02.11	Aquisição de Sociedades	466.000	20.000	0	0	0
2.01.05.02.12	Outros passivos circulantes	703.000	289.000	327.000	227.000	227.000
2.01.05.02.13	Outros passivos circulantes			0		0
2.01.05.02.14	Multisserviços a Pagar			0		0
2.01.05.02.15	IPTU a Pagar			0		0
2.01.05.02.16	Demais Contas a Pagar			0		0
2.01.05.02.17	Passivo de Arrendamento	937.000	507.000	0	445.000	0
2.01.06	Provisões			0		0
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis			0		0
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais			0		0
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas			0		0
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados			0		0
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis			0		0
2.01.06.02	Outras Provisões			0		0
2.01.06.02.01	Provisões para Garantias			0		0
2.01.06.02.02	Provisões para Reestruturação			0		0
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação			0		0
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	0	23.876.000	19.412.000	21.947.000	17.824.000
2.01.07.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda			0		0
2.01.07.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas			0		0
2.02	Passivo Não Circulante	21.345.000	11.242.000	6.125.000	10.311.000	5.674.000
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	10.706.000	3.392.000	3.509.000	3.193.000	3.337.000



2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos			0		0
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional			0		0
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira			0		0
2.02.01.02	Debêntures			0		0
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento			0		0
2.02.02	Outras Obrigações	8.560.000	6.079.000	787.000	5.642.000	814.000
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas			0		0
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas			0		0
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores			0		0
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas			0		0
2.02.02.02	Outros	8.560.000	6.079.000	787.000	5.642.000	814.000
2.02.02.02.01	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações			0		0
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital			0		0
2.02.02.02.03	Impostos Parcelados	376.000	471.000	471.000	566.000	566.000
2.02.02.02.04	Aquisição de Sociedades			0		0
2.02.02.02.05	Financiamento por Compra de Ativos			0		0
2.02.02.02.07	Outros passivos não circulantes	68.000	49.000	49.000	53.000	53.000
2.02.02.02.08	Provisão para perdas de Investimentos em associadas	386.000	279.000	267.000	201.000	195.000
2.02.02.02.09	Passivo de Arrendamento	7.730.000	5.280.000	0	4.822.000	0
2.02.03	Tributos Diferidos	748.000	523.000	581.000	347.000	394.000
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos			0		0
2.02.04	Provisões	1.305.000	1.235.000	1.235.000	1.107.000	1.107.000
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis			0		0
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais			0		0
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas			0		0
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados			0		0
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis			0		0
2.02.04.02	Outras Provisões			0		0
2.02.04.02.01	Provisões para Garantias			0		0
2.02.04.02.02	Provisões para Reestruturação			0		0
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação			0		0
2.02.05	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados			0		0
2.02.05.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda			0		0
2.02.05.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas			0		0
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	26.000	13.000	13.000	22.000	22.000

2.02.06.01	Lucros a Apropriar			0		0
2.02.06.02	Receitas a Apropriar			13.000		22.000
2.02.06.03	Subvenções de Investimento a Apropriar			0		0
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	13.511.000	13.159.000	13.939.000	12.156.000	13.041.000
2.03.01	Capital Social Realizado	6.857.000	6.825.000	6.825.000	6.822.000	6.822.000
2.03.02	Reservas de Capital	447.000	413.000	413.000	355.000	355.000
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações			0		0
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação			0		0
2.03.02.03	Alienação de Bônus de Subscrição			0		0
2.03.02.04	Opções Outorgadas	440.000	406.000	406.000	348.000	348.000
2.03.02.05	Ações em Tesouraria			0		0
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital			0		0
2.03.02.07	Reserva de Capital	7.000	7.000	7.000	7.000	7.000
2.03.03	Reservas de Reavaliação			0		0
2.03.04	Reservas de Lucros	3.529.000	3.062.000	3.911.000	2.256.000	3.060.000
2.03.04.01	Reserva Legal	556.000	517.000	517.000	457.000	457.000
2.03.04.02	Reserva Estatutária			0		0
2.03.04.03	Reserva para Contingências			0		0
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar			0		0
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	230.000	230.000	230.000	233.000	233.000
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos			0		0
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	58.000	58.000	58.000	0	0
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto			0		0
2.03.04.09	Ações em Tesouraria			0		0
2.03.04.10	Reserva para Expansão	2.916.000	2.504.000	3.353.000	1.810.000	2.614.000
2.03.04.12	Transações com não Controladores	-81.000	-97.000	-97.000	-94.000	-94.000
2.03.04.14	Liquidação de Instrumento Patrimonial	-150.000	-150.000	-150.000	-150.000	-150.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados			0		0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial			0		0
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão			0		0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	107.000	-66.000	-66.000	-49.000	-49.000
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	2.571.000	2.925.000	2.856.000	2.772.000	2.853.000

Conta	Descrição	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2018 a 31/12/2018 reapresentado	01/01/2018 a 31/12/2018 originalmente apresentado	01/01/2017 a 31/12/2017 reapresentado	01/01/2017 a 31/12/2017 originalmente apresentado
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	56.635.000	49.388.000	49.388.000	0	44.634.000

3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-44.451.000	-37.779.000	-37.834.000	0	-33.646.000
3.03	Resultado Bruto	12.184.000	11.609.000	11.554.000	0	10.988.000
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-10.236.000	-8.979.000	-9.377.000	0	-9.506.000
3.04.01	Despesas com Vendas	-7.431.000	-6.553.000	-7.297.000	0	-7.027.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-923.000	-1.049.000	-1.057.000	0	-1.032.000
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos			0		0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais			0		0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.872.000	-1.405.000	-1.056.000	0	-1.358.000
3.04.05.01	Depreciação / Amortização	-1.413.000	-1.202.000	-840.000	0	-779.000
3.04.05.02	Ganho/Perda na Alienação de Imobilizado			0		0
3.04.05.03	Outras Despesas Operacionais	-459.000	-203.000	-216.000	0	-579.000
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-10.000	28.000	33.000	0	-89.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.948.000	2.630.000	2.177.000	0	1.482.000
3.06	Resultado Financeiro	-1.206.000	-1.061.000	-474.000	0	-730.000
3.06.01	Receitas Financeiras			0		0
3.06.02	Despesas Financeiras			0		0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	742.000	1.569.000	1.703.000	0	752.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-254.000	-413.000	-449.000	0	-297.000
3.08.01	Corrente	-161.000	-347.000	-347.000	0	-171.000
3.08.02	Diferido	-93.000	-66.000	-102.000	0	-126.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	488.000	1.156.000	1.254.000	0	455.000
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	348.000	128.000	-74.000	0	356.000
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	348.000	128.000	-74.000	0	356.000
3.10.02	Ganhos/Perdas Líquidas sobre Ativos de Operações Descontinuadas			0		0
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	836.000	1.284.000	1.180.000	0	811.000
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	790.000	1.149.000	1.193.000	0	580.000
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	46.000	135.000	-13.000	0	231.000
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			0		0
3.99.01	Lucro Básico por Ação			0		0
3.99.01.01	ON	2,78358	4,05428	4,19870	0,00000	2,05284
3.99.01.02	PN	3,06194	4,46233	4,64129	0,00000	2,25812
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			0		0
3.99.02.01	ON	2,78647	4,05428	4,19870	0,00000	2,05284
3.99.02.02	PN	3,05272	4,43170	4,60961	0,00000	2,24600

Conta	Descrição	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2018 a 31/12/2018	01/01/2018 a 31/12/2018	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2017 a 31/12/2017
-------	-----------	-------------------------	-------------------------	-------------------------	-------------------------	-------------------------

			reapresentado	originalmente apresentado	reapresentado	originalmente apresentado
7.01	Receitas	62.176.000	54.111.000	54.111.000	48.812.000	48.812.000
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	61.544.000	53.615.000	53.615.000	48.439.000	48.439.000
7.01.02	Outras Receitas	633.000	500.000	500.000	383.000	383.000
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios			0	0	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créd. Liquidação Duvidosa	-1.000	-4.000	-4.000	-10.000	-10.000
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-51.314.000	-43.985.000	-43.998.000	-39.630.000	-39.630.000
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-46.150.000	-39.383.000	-39.383.000	-35.207.000	-35.207.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-5.164.000	-4.602.000	-4.615.000	-4.423.000	-4.423.000
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos			0	0	0
7.02.04	Outros			0	0	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	10.862.000	10.126.000	10.113.000	9.182.000	9.182.000
7.04	Retenções	-1.559.000	-1.322.000	-889.000	-833.000	-833.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.559.000	-1.322.000	-889.000	-833.000	-833.000
7.04.02	Outras			0	0	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	9.303.000	8.804.000	9.224.000	8.349.000	8.349.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	823.000	412.000	215.000	466.000	466.000
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-10.000	28.000	33.000	-89.000	-89.000
7.06.02	Receitas Financeiras	485.000	256.000	256.000	199.000	199.000
7.06.03	Outros	348.000	128.000	-74.000	356.000	356.000
7.06.03.01	Resultado de operações descontinuadas			0	0	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	10.126.000	9.216.000	9.439.000	8.815.000	8.815.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	10.126.000	9.216.000	9.439.000	8.815.000	8.815.000
7.08.01	Pessoal	4.907.000	4.462.000	4.462.000	4.244.000	4.244.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.211.000	2.780.000	2.780.000	2.640.000	2.640.000
7.08.01.02	Benefícios	999.000	971.000	971.000	964.000	964.000
7.08.01.03	F.G.T.S.	275.000	239.000	239.000	225.000	225.000
7.08.01.04	Outros	422.000	472.000	472.000	415.000	415.000
7.08.01.04.01	Participações	422.000	472.000	472.000	415.000	415.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.670.000	2.049.000	2.012.000	1.909.000	1.909.000
7.08.02.01	Federais	867.000	912.000	875.000	1.138.000	1.138.000
7.08.02.02	Estaduais	1.347.000	895.000	895.000	521.000	521.000
7.08.02.03	Municipais	456.000	242.000	242.000	250.000	250.000
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.713.000	1.421.000	1.785.000	1.851.000	1.851.000
7.08.03.01	Juros	1.679.000	1.390.000	803.000	914.000	914.000
7.08.03.02	Aluguéis	34.000	31.000	982.000	937.000	937.000

7.08.03.03	Outras			0	0	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	836.000	1.284.000	1.180.000	811.000	811.000
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	363.000	330.000	319.000	81.000	81.000
7.08.04.02	Dividendos			11.000	78.000	78.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	427.000	819.000	863.000	421.000	421.000
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	46.000	135.000	-13.000	231.000	231.000
7.08.05	Outros			0	0	0

## APÊNDICE B – VIA VAREJO

Conta	Descrição	31/12/2019	31/12/2018 reapresentado	31/12/2018 originalmente apresentado	31/12/2017 reapresentado	31/12/2017 originalmente apresentado
1	Ativo Total	24.424.000	24.676.000	21.056.000	23.294.000	19.745.000
1.01	Ativo Circulante	12.452.000	13.552.000	13.544.000	12.212.000	12.204.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.364.000	3.711.000	3.711.000	3.559.000	3.559.000
1.01.02	Aplicações Financeiras			0		0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado			0		0
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação			0		0
1.01.02.01.02	Títulos Designados a Valor Justo			0		0
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes			0		0
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado			0		0
1.01.03	Contas a Receber	5.112.000	3.768.000	3.768.000	3.785.000	3.785.000
1.01.03.01	Clientes			0		0
1.01.03.02	Outras Contas a Receber			0		0
1.01.04	Estoques	4.565.000	4.781.000	4.773.000	4.387.000	4.379.000
1.01.05	Ativos Biológicos			0		0
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.050.000	1.060.000	1.060.000	219.000	219.000
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar			0		0
1.01.07	Despesas Antecipadas	54.000	33.000	33.000	32.000	32.000
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	307.000	199.000	199.000	230.000	230.000
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda			0		0
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas			0		0
1.01.08.03	Outros	307.000	199.000	199.000	230.000	230.000
1.01.08.03.01	Partes relacionadas	139.000	132.000	132.000	124.000	124.000
1.01.08.03.02	Instrumentos Financeiros - Hedge de valor justo	2.000	0	0	17.000	17.000
1.01.08.03.20	Outros Ativos	166.000	67.000	67.000	89.000	89.000
1.02	Ativo Não Circulante	11.972.000	11.124.000	7.512.000	11.082.000	7.541.000
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.573.000	4.798.000	4.528.000	5.062.000	4.804.000
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado			0		0
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo			0		0
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes			0		0
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado			0		0
1.02.01.04	Contas a Receber	366.000	217.000	217.000	204.000	204.000
1.02.01.04.01	Clientes			0		0
1.02.01.04.02	Outros Ativos			0		0

1.02.01.05	Estoques			0		0
1.02.01.06	Ativos Biológicos			0		0
1.02.01.07	Tributos Diferidos	1.467.000	888.000	618.000	758.000	500.000
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos			0		0
1.02.01.08	Despesas Antecipadas			0		0
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	123.000	190.000	190.000	415.000	415.000
1.02.01.09.01	Créditos com Coligadas			0		0
1.02.01.09.03	Créditos com Outras Partes Relacionadas			0		0
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas			0		0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	3.617.000	3.503.000	3.503.000	3.685.000	3.685.000
1.02.01.10.01	Ativos Não-Correntes a Venda			0		0
1.02.01.10.02	Ativos de Operações Descontinuadas			0		0
1.02.01.10.03	Instrumentos Financeiros - Hedge de valor justo			2.519.000		2.725.000
1.02.01.10.04	Instrumentos Financeiros	43.000	0	964.000	0	941.000
1.02.01.10.05	Tributos a Recuperar	2.794.000	2.519.000	20.000	2.725.000	19.000
1.02.01.10.06	Depósitos Judiciais	629.000	964.000	0	941.000	0
1.02.01.10.20	Outras Contas a Receber	151.000	20.000	20.000	19.000	19.000
1.02.02	Investimentos	145.000	108.000	108.000	81.000	81.000
1.02.02.01	Participações Societárias			0		0
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas			0		0
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto			0		0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos			0		0
1.02.02.02	Propriedades para Investimento			0		0
1.02.03	Imobilizado	5.009.000	4.845.000	1.449.000	4.777.000	1.423.000
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.369.000	1.444.000	0	1.414.000	0
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	3.640.000	3.401.000	0	3.363.000	0
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento			0		0
1.02.04	Intangível	1.245.000	1.373.000	1.427.000	1.162.000	1.233.000
1.02.04.01	Intangíveis			0		0
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão			0		0
1.02.04.02	Goodwill			0		0

Conta	Descrição	31/12/2019	31/12/2018 reapresentado	31/12/2018 originalmente apresentado	31/12/2017 reapresentado	31/12/2017 originalmente apresentado
2	Passivo Total	24.424.000	24.676.000	21.056.000	23.294.000	19.745.000
2.01	Passivo Circulante	15.733.000	15.325.000	14.880.000	14.680.000	14.278.000
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	401.000	535.000	535.000	552.000	552.000
2.01.01.01	Obrigações Sociais			0		0
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas			0		0

2.01.02	Fornecedores	7.278.000	8.652.000	8.652.000	7.726.000	7.726.000
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais			0		0
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros			0		0
2.01.03	Obrigações Fiscais	198.000	163.000	163.000	265.000	265.000
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais			0		0
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar			0		0
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais			0		0
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais			0		0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	4.944.000	3.357.000	3.378.000	3.779.000	3.802.000
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos			0		0
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional			0		0
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira			0		0
2.01.04.02	Debêntures			0		0
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento			0		0
2.01.05	Outras Obrigações	2.912.000	2.618.000	2.152.000	2.358.000	1.933.000
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	119.000	154.000	182.000	113.000	139.000
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas			0		0
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores			0		0
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas			0		0
2.01.05.02	Outros	2.793.000	2.464.000	1.970.000	2.245.000	1.794.000
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	0	0	15.000	15.000
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar			0		0
2.01.05.02.03	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações			0		0
2.01.05.02.04	Receitas Diferidas	369.000	401.000	401.000	368.000	368.000
2.01.05.02.07	Fornecedores Convênio	647.000	421.000	421.000	437.000	437.000
2.01.05.02.08	Repasso a Terceiros	515.000	540.000	540.000	446.000	446.000
2.01.05.02.09	Passivo de Arrendamento	609.000	548.000	0	505.000	0
2.01.05.02.20	Outros Passivos	653.000	554.000	608.000	474.000	528.000
2.01.06	Provisões			0		0
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis			0		0
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais			0		0
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas			0		0
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados			0		0
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis			0		0
2.01.06.02	Outras Provisões			0		0
2.01.06.02.01	Provisões para Garantias			0		0
2.01.06.02.02	Provisões para Reestruturação			0		0
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação			0		0



2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados			0		0
2.01.07.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda			0		0
2.01.07.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas			0		0
2.02	Passivo Não Circulante	8.113.000	7.352.000	3.653.000	6.341.000	2.694.000
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	957.000	968.000	1.021.000	325.000	397.000
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos			0		0
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional			0		0
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira			0		0
2.02.01.02	Debêntures			0		0
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento			0		0
2.02.02	Outras Obrigações	5.285.000	5.401.000	1.649.000	4.772.000	1.053.000
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	5.000	5.000	0	0
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas			0		0
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores			0		0
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas			0		0
2.02.02.02	Outros	5.285.000	5.396.000	1.644.000	4.772.000	1.053.000
2.02.02.02.01	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações			0		0
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital			0		0
2.02.02.02.03	Receitas Diferidas	1.266.000	1.605.000	1.605.000	1.006.000	1.006.000
2.02.02.02.05	Obrigações Fiscais	25.000	30.000	30.000	43.000	43.000
2.02.02.02.06	Passivo de Arrendamento	3.974.000	3.752.000	9.000	3.719.000	4.000
2.02.02.02.20	Outros Passivos	20.000	9.000	9.000	4.000	4.000
2.02.03	Tributos Diferidos	6.000	6.000	6.000	5.000	5.000
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos			0		0
2.02.04	Provisões	1.865.000	977.000	977.000	1.239.000	1.239.000
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.865.000	977.000	977.000	1.239.000	1.239.000
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais			0		0
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas			0		0
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados			0		0
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis			0		0
2.02.04.02	Outras Provisões			0		0
2.02.04.02.01	Provisões para Garantias			0		0
2.02.04.02.02	Provisões para Reestruturação			0		0
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação			0		0
2.02.04.02.04	Provisão para Perda de Investimento			0		0
2.02.05	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados			0		0

2.02.05.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda			0		0
2.02.05.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas			0		0
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar			0		0
2.02.06.01	Lucros a Apropriar			0		0
2.02.06.02	Receitas a Apropriar			0		0
2.02.06.03	Subvenções de Investimento a Apropriar			0		0
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	578.000	1.999.000	2.523.000	2.273.000	2.773.000
2.03.01	Capital Social Realizado	2.903.000	2.899.000	2.899.000	2.896.000	2.896.000
2.03.02	Reservas de Capital	-857.000	-871.000	-871.000	-881.000	-881.000
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações			0		0
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação			0		0
2.03.02.03	Alienação de Bônus de Subscrição			0		0
2.03.02.04	Opções Outorgadas			0		0
2.03.02.05	Ações em Tesouraria			0		0
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital			0		0
2.03.03	Reservas de Reavaliação			0		0
2.03.04	Reservas de Lucros	0	13.000	537.000	305.000	805.000
2.03.04.01	Reserva Legal			0		0
2.03.04.02	Reserva Estatutária			0		0
2.03.04.03	Reserva para Contingências			0		0
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar			0		0

Conta	Descrição	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2018 a 31/12/2018 reapresentado	01/01/2018 a 31/12/2018 originalmente apresentado	01/01/2017 a 31/12/2017 reapresentado	01/01/2017 a 31/12/2017 originalmente apresentado
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	25.655.000	26.928.000	26.928.000	0	25.641.000
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-18.312.000	-18.901.000	-19.031.000	0	-17.515.000
3.03	Resultado Bruto	7.343.000	8.027.000	7.897.000	0	8.126.000
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-8.385.000	-7.304.000	-7.544.000	0	-7.108.000
3.04.01	Despesas com Vendas	-5.564.000	-5.158.000	-5.719.000	0	-5.699.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-931.000	-1.034.000	-1.050.000	0	-846.000
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos			0		0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais			0		0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.937.000	-1.152.000	-815.000	0	-583.000
3.04.05.01	Depreciações e Amortizações	-702.000	-613.000	-264.000	0	-243.000
3.04.05.02	Depreciações e Amortizações de Direito de Uso			0		
3.04.05.05	Outras Receitas (Despesas) Operacionais Líquidas	-1.235.000	-539.000	-551.000	0	-340.000
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	47.000	40.000	40.000	0	20.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e	-1.042.000	723.000	353.000	0	1.018.000

	dos Tributos					
3.06	<b>Resultado Financeiro</b>	<b>-962.000</b>	<b>-1.147.000</b>	<b>-741.000</b>	<b>0</b>	<b>-765.000</b>
3.06.01	Receitas Financeiras			0		0
3.06.02	Despesas Financeiras			0		0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-2.004.000	-424.000	-388.000	0	253.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	571.000	133.000	121.000	0	-85.000
3.08.01	Corrente			0		0
3.08.02	Diferido			0		0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-1.433.000	-291.000	-267.000	0	168.000
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas			0		0
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas			0		0
3.10.02	Ganhos/Perdas Líquidas sobre Ativos de Operações Descontinuadas			0		0
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-1.433.000	-291.000	-267.000	0	168.000
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-1.433.000	-291.000	-267.000	0	168.000
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores			0		0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			0		0
3.99.01	Lucro Básico por Ação			0		0
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			0		0

Conta	Descrição	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2018 a 31/12/2018 reapresentado	01/01/2018 a 31/12/2018 originalmente apresentado	01/01/2017 a 31/12/2017 reapresentado	01/01/2017 a 31/12/2017 originalmente apresentado
7.01	Receitas	29.283.000	29.991.000	29.991.000	0	28.415.000
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	29.848.000	30.583.000	30.583.000	0	29.074.000
7.01.02	Outras Receitas	20.000	38.000	38.000	0	22.000
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios			0		0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créd. Liquidação Duvidosa	-585.000	-630.000	-630.000	0	-681.000
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-23.538.000	-23.912.000	-23.912.000	0	-21.918.000
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-19.407.000	-19.996.000	-19.996.000	0	-18.554.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.898.000	-3.822.000	-3.822.000	0	-3.430.000
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-233.000	-94.000	-94.000	0	66.000
7.02.04	Outros			0		0
7.03	Valor Adicionado Bruto	5.745.000	6.079.000	6.079.000	0	6.497.000
7.04	Retenções	-883.000	-785.000	-332.000	0	-319.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-883.000	-785.000	-332.000	0	-319.000
7.04.02	Outras			0		0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	4.862.000	5.294.000	5.747.000	0	6.178.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	239.000	182.000	182.000	0	295.000
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	47.000	40.000	40.000	0	20.000

7.06.02	Receitas Financeiras	192.000	142.000	142.000	0	275.000
7.06.03	Outros			0		0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	5.101.000	5.476.000	5.929.000	0	6.473.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	5.101.000	5.476.000	5.929.000	0	6.473.000
7.08.01	Pessoal	4.042.000	3.160.000	3.160.000	0	2.994.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.827.000	2.047.000	2.047.000	0	2.036.000
7.08.01.02	Benefícios	266.000	273.000	273.000	0	254.000
7.08.01.03	F.G.T.S.	206.000	205.000	205.000	0	199.000
7.08.01.04	Outros	1.743.000	635.000	635.000	0	505.000
7.08.01.04.01	Demandas Judiciais Trabalhistas	1.702.000	595.000	595.000	0	475.000
7.08.01.04.02	Outras Despesas com Pessoal	41.000	40.000	40.000	0	30.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.285.000	1.271.000	1.283.000	0	1.416.000
7.08.02.01	Federais	638.000	299.000	311.000	0	504.000
7.08.02.02	Estaduais	567.000	891.000	891.000	0	836.000
7.08.02.03	Municipais	80.000	81.000	81.000	0	76.000
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.207.000	1.336.000	1.753.000	0	1.895.000
7.08.03.01	Juros	1.154.000	1.289.000	883.000	0	1.040.000
7.08.03.02	Aluguéis	38.000	28.000	851.000	0	818.000
7.08.03.03	Outras	15.000	19.000	19.000	0	37.000
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-1.433.000	-291.000	-267.000	0	168.000
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio			0		35.000
7.08.04.02	Dividendos			0		15.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-1.433.000	-291.000	-267.000	0	118.000
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos			0		0
7.08.05	Outros			0		0

### APÊNDICE C – AMBEV

Conta	Descrição	31/12/2019	31/12/2018 reapresentado	31/12/2018 originalmente apresentado	31/12/2017 reapresentado	31/12/2017 originalmente apresentado
1	Ativo Total	101.742.944	95.714.417	94.126.138	88.766.374	86.851.989
1.01	Ativo Circulante	27.621.137	25.329.605	25.329.605	24.718.073	24.718.073
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	11.900.666	11.463.498	11.463.498	10.354.527	10.354.527
1.01.02	Aplicações Financeiras	14.558	13.391	13.391	11.883	11.883
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	14.558	13.391	13.391	11.883	11.883
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	14.558	13.391	13.391	11.883	11.883
1.01.02.01.02	Títulos Designados a Valor Justo			0		0
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes			0		0
1.01.02.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado			0		0
1.01.03	Contas a Receber	4.495.525	4.879.256	4.879.256	4.944.831	4.944.831
1.01.03.01	Clientes	4.351.977	4.584.807	4.584.807	4.814.200	4.814.200
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	143.548	294.449	294.449	130.631	130.631
1.01.03.02.01	Contas a Receber de Partes Relacionadas			0		0
1.01.04	Estoques	5.978.557	5.401.793	5.401.793	4.318.973	4.318.973
1.01.04.01	Produto Acabado	2.080.668	1.687.954	1.687.954	1.528.434	1.528.434
1.01.04.02	Produto em Elaboração	450.807	339.459	339.459	309.567	309.567
1.01.04.03	Matérias-primas e itens de consumo	2.637.360	2.624.294	2.517.305	1.893.539	1.816.331
1.01.04.04	Materiais de Produção			106.989		77.208
1.01.04.05	Almoxarifado e Outros	930.895	901.472	901.472	687.785	687.785
1.01.04.06	Provisão para Perdas	-121.173	-151.386	-151.386	-100.352	-100.352
1.01.05	Ativos Biológicos			0		0
1.01.06	Tributos a Recuperar	4.074.127	2.148.714	2.148.714	3.370.541	3.370.541
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	4.074.127	2.148.714	2.148.714	3.370.541	3.370.541
1.01.06.01.01	Imposto de renda e Contribuição Social a Recuperar	1.831.401	1.285.424	1.285.424	2.770.376	2.770.376
1.01.06.01.02	Impostos Indiretos a Recuperar	2.242.726	863.290	863.290	600.165	600.165
1.01.07	Despesas Antecipadas	512.532	741.222	741.222	771.499	771.499
1.01.07.01	Despesas Antecipadas Marketing	512.532	741.222	741.222	771.499	771.499
1.01.07.02	Outras Despesas Antecipadas			0		0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	645.172	681.731	681.731	945.819	945.819
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda			0		0
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas			0		0
1.01.08.03	Outros	645.172	681.731	681.731	945.819	945.819
1.01.08.03.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	172.147	220.032	220.032	350.036	350.036
1.01.08.03.02	Juros a Receber	42	828	828	4.718	4.718
1.01.08.03.03	Outros Ativos	472.983	460.871	460.871	591.065	591.065

1.01.08.03.04	Dividendos a Receber			0		0
1.02	Ativo Não Circulante	74.121.807	70.384.812	68.796.533	64.048.301	62.133.916
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	9.925.812	8.372.895	8.325.628	7.028.617	6.997.050
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado			0		0
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo			0		0
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes			0		0
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	163.570	147.341	147.341	121.956	121.956
1.02.01.03.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	163.570	147.341	147.341	121.956	121.956
1.02.01.04	Contas a Receber			0		0
1.02.01.04.01	Clientes			0		0
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber			0		0
1.02.01.05	Estoques			0		0
1.02.01.06	Ativos Biológicos			0		0
1.02.01.07	Tributos Diferidos	2.950.109	2.064.742	2.017.475	2.310.906	2.279.339
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.950.109	2.064.742	2.017.475	2.310.906	2.279.339
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	263.577	154.121	154.121	133.183	133.183
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas			0		0
1.02.01.09.01	Créditos com Coligadas			0		0
1.02.01.09.03	Créditos com Controladores			0		0
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas			0		0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	6.548.556	6.006.691	6.006.691	4.462.572	4.462.572
1.02.01.10.01	Ativos Não-Correntes a Venda			0		0
1.02.01.10.02	Ativos de Operações Descontinuadas			0		0
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais Compulsórios e de Incentivos	693.276	574.725	574.726	551.008	551.008
1.02.01.10.04	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	4.331.901	3.834.413	3.834.413	2.312.664	2.312.664
1.02.01.10.05	Demais impostos a recuperar	671.084	539.795	539.795	225.036	225.036
1.02.01.10.06	Superávit de Ativos	56.228	64.285	64.285	58.443	58.443
1.02.01.10.08	Instrumentos Financeiros Derivativos	1.221	34.900	34.900	35.188	35.188
1.02.01.10.09	Títulos a Receber	315.643	353.173	353.173	881.752	881.752
1.02.01.10.10	Outros	479.203	605.400	605.399	398.481	398.481
1.02.02	Investimentos	303.423	257.135	257.135	237.961	237.961
1.02.02.01	Participações Societárias	303.423	257.135	257.135	237.961	237.961
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas			0		0
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	303.423	257.135	257.135	237.961	237.961
1.02.02.01.05	Outros Investimentos			0		0
1.02.02.02	Propriedades para Investimento			0		0
1.02.03	Imobilizado	22.576.299	21.638.008	20.096.996	20.705.145	18.822.327

1.02.03.01	Imobilizado em Operação	18.363.373	18.678.370	18.629.593	17.564.365	17.545.621
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	2.028.629	1.537.590	45.355	1.882.818	18.744
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	2.184.297	1.422.048	1.422.048	1.257.962	1.257.962
1.02.04	Intangível	41.316.273	40.116.774	40.116.774	36.076.578	36.076.578
1.02.04.01	Intangíveis	6.306.364	5.840.598	5.840.598	4.674.704	4.674.704
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão			0		0
1.02.04.01.02	Outros Intangíveis	6.306.364	5.840.598	5.840.598	4.674.704	4.674.704
1.02.04.01.03	Ágio			0		0
1.02.04.02	Goodwill	35.009.909	34.276.176	34.276.176	31.401.874	31.401.874

Conta	Descrição	31/12/2019	31/12/2018 reapresentado	31/12/2018 originalmente apresentado	31/12/2017 reapresentado	31/12/2017 originalmente apresentado
2	Passivo Total	101.742.944	95.714.417	94.126.138	88.766.374	86.851.989
2.01	Passivo Circulante	25.011.033	25.208.961	24.828.370	29.066.712	28.688.476
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	833.025	851.619	851.619	1.047.182	1.047.182
2.01.01.01	Obrigações Sociais	397.584	384.863	384.863	562.543	562.543
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	435.441	466.756	466.756	484.639	484.639
2.01.02	Fornecedores	14.178.858	12.774.162	12.774.162	10.418.429	10.418.429
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	8.210.173	6.853.219	6.853.219	5.554.496	5.554.496
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	5.968.685	5.920.943	5.920.943	4.863.933	4.863.933
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.502.699	5.340.211	5.340.211	5.493.847	5.493.847
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.042.943	3.000.471	3.000.471	3.261.182	3.261.182
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.394.178	1.558.589	1.558.589	1.668.407	1.668.407
2.01.03.01.02	Demais Tributos e Contribuições Federais	1.648.765	1.441.882	1.441.882	1.592.775	1.592.775
2.01.03.01.03	Diferimento de Impostos sobre Vendas			0		0
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	2.213.577	2.156.746	2.156.746	2.090.284	2.090.284
2.01.03.02.01	Imposto sobre Circulação de Mercadorias	2.097.339	2.008.894	2.008.894	1.918.652	1.918.652
2.01.03.02.02	Diferimento de Impostos sobre Vendas	116.238	147.852	147.852	171.632	171.632
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	246.179	182.994	182.994	142.381	142.381
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	653.149	1.941.221	1.560.630	1.699.358	1.321.122
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	653.149	1.941.221	1.560.630	1.699.358	1.321.122
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	474.291	234.058	234.058	685.447	351.376
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	178.858	1.707.163	1.326.572	1.013.911	969.746
2.01.04.02	Debêntures			0		0
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento			0		0
2.01.05	Outras Obrigações	3.733.269	4.128.751	4.128.751	10.238.939	10.238.939
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	890.717	1.275.883	1.275.883	1.435.499	1.435.499
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas			0		0
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores			0		0
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	890.717	1.275.883	1.275.883	1.435.499	1.435.499

2.01.05.02	Outros	2.842.552	2.852.868	2.852.868	8.803.440	8.803.440
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	956.560	806.981	806.981	1.778.633	1.778.633
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar			0		0
2.01.05.02.03	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações			0		0
2.01.05.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	355.314	679.298	679.298	215.090	215.090
2.01.05.02.05	Conta Garantida	24	0	0	1.792	1.792
2.01.05.02.06	Opção de Venda Concedida sobre Participação em Controlada	101.245	207.661	207.661	5.530.707	5.530.707
2.01.05.02.07	Juros a Pagar	131.606	94.205	94.205	80.719	80.719
2.01.05.02.08	Outros Passivos	1.297.803	1.064.723	1.064.723	1.196.499	1.196.499
2.01.06	Provisões	110.033	172.997	172.997	168.957	168.957
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	103.043	165.142	165.142	161.668	161.668
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	41.743	59.308	59.308	59.309	59.309
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	27.340	79.867	79.867	77.289	77.289
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados			0		0
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	11.390	17.330	17.330	17.109	17.109
2.01.06.01.05	Provisões Outras	22.570	8.637	8.637	7.961	7.961
2.01.06.02	Outras Provisões	6.990	7.855	7.855	7.289	7.289
2.01.06.02.01	Provisões para Garantias			0		0
2.01.06.02.02	Provisões para Reestruturação	6.990	7.855	7.855	7.289	7.289
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação			0		0
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados			0		0
2.01.07.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda			0		0
2.01.07.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas			0		0
2.02	Passivo Não Circulante	14.175.906	13.050.648	11.750.344	11.779.919	10.180.658
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.409.655	2.162.442	862.138	2.831.189	1.231.928
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.303.044	2.057.767	757.463	2.728.450	1.129.189
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.775.336	1.592.367	434.944	2.084.548	630.809
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	527.708	465.400	322.519	643.902	498.380
2.02.01.02	Debêntures	106.611	104.675	104.675	102.739	102.739
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento			0		0
2.02.02	Outras Obrigações	9.024.181	8.037.412	8.037.412	6.106.921	6.106.921
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas			0		0
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas			0		0
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores			0		0
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas			0		0
2.02.02.02	Outros	9.024.181	8.037.412	8.037.412	6.106.921	6.106.921
2.02.02.02.01	Obrigações por Pagamentos Baseados em			0		0



	Ações					
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital			0		0
2.02.02.02.03	Provisão para Benefícios Assistência Médica e Outros	2.704.459	2.343.662	2.343.662	2.310.685	2.310.685
2.02.02.02.04	Fornecedores	309.567	126.142	126.142	175.054	175.054
2.02.02.02.05	Diferimento de Impostos sobre Vendas	595.626	616.532	616.532	712.606	712.606
2.02.02.02.06	Demais Tributos e Contribuições Federais	49.529	59.032	59.032	59.013	59.013
2.02.02.02.07	Passivo a Descoberto Empresas Controladas	56.847	74.758	74.758	28.210	28.210
2.02.02.02.08	Instrumentos Financeiros Derivativos	56	2.450	2.450	2.434	2.434
2.02.02.02.09	Opção de Venda Concedida sobre Participação em Controlada	3.023.988	2.575.641	2.575.641	387.275	387.275
2.02.02.02.10	Outros Passivos	64.558	11.400	11.400	13.617	13.617
2.02.02.02.11	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	2.219.551	2.227.795	2.227.795	2.418.027	2.418.027
2.02.02.02.12	Demais Tributos e Contribuições Estaduais			0		0
2.02.03	Tributos Diferidos	2.371.098	2.424.567	2.424.567	2.329.229	2.329.229
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.371.098	2.424.567	2.424.567	2.329.229	2.329.229
2.02.04	Provisões	370.972	426.227	426.227	512.580	512.580
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	369.353	425.354	425.354	511.770	511.770
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	140.596	247.822	247.822	323.970	323.970
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	92.787	38.300	38.300	52.107	52.107
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados			0		0
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	52.633	37.586	37.586	18.164	18.164
2.02.04.01.05	Provisões Outros	83.337	101.646	101.646	117.529	117.529
2.02.04.02	Outras Provisões	1.619	873	873	810	810
2.02.04.02.01	Provisões para Garantias			0		0
2.02.04.02.02	Provisões para Reestruturação	1.619	873	873	810	810
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação			0		0
2.02.05	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados			0		0
2.02.05.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda			0		0
2.02.05.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas			0		0
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar			0		0
2.02.06.01	Lucros a Apropriar			0		0
2.02.06.02	Receitas a Apropriar			0		0
2.02.06.03	Subvenções de Investimento a Apropriar			0		0
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	62.556.005	57.454.808	57.547.424	47.919.743	47.982.855
2.03.01	Capital Social Realizado	57.866.759	57.710.202	57.710.202	57.614.140	57.614.140
2.03.02	Reservas de Capital	54.811.462	54.781.194	54.781.194	54.700.909	54.700.909
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	53.662.811	53.662.811	53.662.811	53.662.811	53.662.811

2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação			0		0
2.03.02.03	Alienação de Bônus de Subscrição			0		0
2.03.02.04	Opções Outorgadas			0		0
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-68.017	-20.841	-20.841	-139.665	-139.665
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital			0		0
2.03.02.07	Pagamento Baseado em Ações	1.402.888	1.300.219	1.300.219	1.232.194	1.232.194
2.03.02.08	Gastos com Emissão de Ações			0		0
2.03.02.09	Resultado de Ações em Tesouraria	-887.118	-861.893	-861.893	-755.329	-755.329
2.03.02.10	Outras Reservas de Capital	700.898	700.898	700.898	700.898	700.898
2.03.03	Reservas de Reavaliação			0		0
2.03.04	Reservas de Lucros	20.874.268	15.341.367	15.434.093	8.597.226	8.660.235
2.03.04.01	Reserva Legal	4.456	4.456	4.456	4.456	4.456
2.03.04.02	Reserva Estatutária	10.798.106	6.617.327	6.710.053	1.204.712	1.267.721
2.03.04.03	Reserva para Contingências			0		0
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar			0		0
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros			0		0
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos			0		0
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	10.071.706	8.719.584	8.719.584	7.388.058	7.388.058
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto			0		0
2.03.04.09	Ações em Tesouraria			0		0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados			0		0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-72.274.464	-71.584.756	-71.584.866	-74.966.573	-74.966.470
2.03.06.01	Reservas de Conversão	3.583.386	4.089.221	4.089.111	1.638.996	1.639.099
2.03.06.02	Hedge de Fluxo de Caixa	644.965	777.123	777.123	368.806	368.806
2.03.06.03	Ganhos / (Perdas) Atuariais	-1.220.882	-1.116.114	-1.116.114	-1.144.468	-1.144.468
2.03.06.04	Opções Concedidas sobre Participação em Controlada	-120.083	-120.083	-120.083	-2.771.248	-2.771.248
2.03.06.05	Ganhos/(Perdas) de Participação	84.434	19.558	19.558	2.099.921	2.099.921
2.03.06.06	Combinação de Negócios	156.091	156.091	156.091	156.091	156.091
2.03.06.07	Ajustes Contábeis de Transações entre Sócios	-75.402.375	-75.390.552	-75.390.552	-75.314.671	-75.314.671
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão			0		0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes			0		0
2.03.08.01	Ganhos (Perdas) Atuariais			0		0
2.03.08.02	Hedge de Fluxo de Caixa			0		0
2.03.08.03	Reservas de Conversão			0		0
2.03.08.04	Ganhos/Perdas de Participação na Variação de Capital			0		0
2.03.08.05	Resultado Diferido da Aquisição de Controladas			0		0
2.03.08.06	Combinação de Negócios			0		0
2.03.08.07	Ajustes Contábeis de Transações entre Sócios			0		0

2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	1.277.980	1.206.801	1.206.801	1.974.041	1.974.041
---------	---	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------

Conta	Descrição	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2018 a 31/12/2018 reapresentado	01/01/2018 a 31/12/2018 originalmente apresentado	01/01/2017 a 31/12/2017 reapresentado	01/01/2017 a 31/12/2017 originalmente apresentado
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	52.599.709	50.231.336	50.231.336	47.899.276	47.899.276
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-21.678.159	-19.249.423	-19.269.627	-18.028.398	-18.041.778
3.03	Resultado Bruto	30.921.550	30.981.913	30.961.709	29.870.878	29.857.498
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-14.868.978	-13.830.010	-13.971.252	-13.321.868	-13.433.800
3.04.01	Despesas com Vendas	-12.647.536	-12.328.511	-12.465.997	-11.807.407	-11.915.494
3.04.01.01	Despesas Logísticas	-6.951.417	-6.607.214	-6.736.474	-6.193.849	-6.295.544
3.04.01.02	Despesas Comerciais	-5.696.119	-5.721.297	-5.729.523	-5.613.558	-5.619.950
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.679.967	-2.363.465	-2.367.221	-2.619.951	-2.623.796
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos			0		0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.106.764	1.427.669	1.427.669	1.338.947	1.338.947
3.04.04.01	Recorrentes	1.106.764	1.312.537	1.312.537	1.338.947	1.338.947
3.04.04.02	Não Recorrentes	0	115.132	115.132	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-625.929	-566.743	-566.743	-230.342	-230.342
3.04.05.01	Recorrentes	-228.693	-365.188	-365.188	-121.640	-121.640
3.04.05.02	Não Recorrentes	-397.236	-201.555	-201.555	-108.702	-108.702
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-22.310	1.040	1.040	-3.115	-3.115
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	16.052.572	17.151.903	16.990.457	16.549.010	16.423.698
3.06	Resultado Financeiro	-3.109.567	-4.030.300	-3.823.436	-3.713.783	-3.493.896
3.06.01	Receitas Financeiras	1.638.866	653.893	738.815	700.658	774.398
3.06.02	Despesas Financeiras	-4.748.433	-4.684.193	-4.562.251	-4.414.441	-4.268.294
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	12.943.005	13.121.603	13.167.021	12.835.227	12.929.802
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-754.673	-1.773.893	-1.789.594	-5.047.732	-5.079.298
3.08.01	Corrente	-1.118.054	-1.833.480	-1.833.480	-5.332.336	-5.332.336
3.08.02	Diferido	363.381	59.587	43.886	284.604	253.038
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	12.188.332	11.347.710	11.377.427	7.787.495	7.850.504
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas			0		0
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas			0		0
3.10.02	Ganhos/Perdas Líquidas sobre Ativos de Operações Descontinuadas			0		0
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	12.188.332	11.347.710	11.377.427	7.787.495	7.850.504
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	11.779.965	10.994.961	11.024.678	7.268.959	7.331.968
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	408.367	352.749	352.749	518.536	518.536
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			0		0
3.99.01	Lucro Básico por Ação			0		0

3.99.01.01	ON	0,74901	0,69950	0,70000	0,46280	0,47000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			0		0
3.99.02.01	ON	0,74233	0,69340	0,70000	0,45900	0,46000

Conta	Descrição	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2018 a 31/12/2018 reapresentado	01/01/2018 a 31/12/2018 originalmente apresentado	01/01/2017 a 31/12/2017 reapresentado	01/01/2017 a 31/12/2017 originalmente apresentado
7.01	Receitas	79.589.129	76.976.596	76.976.596	73.758.033	73.758.033
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	79.473.627	76.727.601	76.727.601	73.674.539	73.674.539
7.01.02	Outras Receitas	154.993	298.778	298.778	166.599	166.599
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios			0		0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créd. Liquidação Duvidosa	-39.491	-49.783	-49.783	-83.105	-83.105
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-31.166.492	-28.097.877	-28.417.380	-26.829.818	-27.140.996
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-21.981.152	-18.947.213	-18.955.201	-17.764.169	-17.766.004
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-9.032.294	-8.971.154	-9.282.669	-8.939.590	-9.248.933
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-153.046	-179.510	-179.510	-126.059	-126.059
7.02.04	Outros			0		0
7.03	Valor Adicionado Bruto	48.422.637	48.878.719	48.559.216	46.928.215	46.617.037
7.04	Retenções	-4.522.182	-4.268.919	-3.843.544	-3.910.805	-3.486.022
7.04.01	Depreciação, Amortização	-4.522.182	-4.268.919	-3.843.544	-3.910.805	-3.486.022
7.04.02	Outras			0		0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	43.900.455	44.609.800	44.715.672	43.017.410	43.131.015
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.271.636	300.306	385.228	468.016	468.016
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-22.310	1.040	1.040	-3.115	-3.115
7.06.02	Receitas Financeiras	1.638.866	653.893	738.815	774.398	774.398
7.06.03	Outros	-344.920	-354.627	-354.627	-303.267	-303.267
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	45.172.091	44.910.106	45.100.900	43.485.426	43.599.031
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	45.172.091	44.910.106	45.100.900	43.485.426	43.599.031
7.08.01	Pessoal	4.831.364	4.464.939	4.464.939	4.315.914	4.315.914
7.08.01.01	Remuneração Direta	4.323.359	3.949.345	3.949.345	3.832.371	3.832.371
7.08.01.02	Benefícios	229.362	248.894	248.894	239.407	239.407
7.08.01.03	F.G.T.S.	123.043	118.113	118.113	116.078	116.078
7.08.01.04	Outros	155.600	148.587	148.587	128.058	128.058
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	23.388.888	24.684.634	24.700.335	27.019.363	27.050.929
7.08.02.01	Federais	8.034.601	9.606.260	9.621.961	12.916.123	12.947.689
7.08.02.02	Estaduais	15.323.893	15.049.487	15.049.487	14.075.274	14.075.274
7.08.02.03	Municipais	30.394	28.887	28.887	27.966	27.966
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	4.763.507	4.412.823	4.558.199	4.362.654	4.381.684
7.08.03.01	Juros	4.546.350	4.346.567	4.224.625	4.308.492	4.088.605
7.08.03.02	Aluguéis	217.157	66.256	333.574	54.162	293.079

7.08.03.03	Outras			0		0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	12.188.332	11.347.710	11.377.427	7.787.495	7.850.504
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	7.717.420	5.030.507	5.030.507	2.277.495	2.277.495
7.08.04.02	Dividendos	0	2.515.101	2.515.101	3.612.792	3.612.792
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	4.062.545	3.449.353	3.479.070	1.378.672	1.441.681
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	408.367	352.749	352.749	518.536	518.536
7.08.05	Outros			0		0